

ATA DA REUNIÃO DE 20.04.2018 (PÚBLICA)

X 01

**ATA N.º 8/2018**

**A**os vinte dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Rogério Monteiro da Costa, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Hugo Manuel Moreira Luís, José Manuel Antunes Graça, em substituição de Sérgio Alberto Marques dos Santos, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, José António Paulo Felgueiras e Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos:

**I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Prestação de serviços no âmbito dos Transportes dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro – Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia; **1.3.** Aquisição a favor do Município de Mafra, por ocupação, de veículos abandonados na via pública; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Regulamento do Prémio Internacional de Composição – Proposta de alteração 2018; **2.2.** Geração ON 2018 – Proposta de calendarização e retribuição financeira; **3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: 3.1.** Pedido de isenção de taxas devidas pela realização de operação urbanística em Venda do Pinheiro – União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés – Proc. OP-405/2017; **3.2.** Proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Ericeira – Submissão a discussão pública e envio para parecer do IHRU; **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO; IV – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

*Am.*

--- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. -----

--- **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- **1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA:** -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si e pelo Vereador Hugo Manuel Moreira Luís, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagens em anexo (anexo I e II). -----

--- **2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

--- **INTERVENÇÕES:** -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente deu notícia dos seguintes eventos que se realizaram no Concelho: no dia 6 de abril, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, o Ciclo de Música – Jazz, com Isabel Rato Quarteto; no dia 8 de abril: o 8.º encontro Mafra Foot, no estádio do Sporting Clube do Livramento e, na Casa da Música Francisco Alves Gato, o Ciclo de Música – Bandas Filarmónicas e Orquestra do Concelho de Mafra, com a Associação Musical Nossa Senhora do Livramento; no dia 10 de abril, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a reunião do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Sul (ACES Oeste Sul); no dia 12 de abril: no Salão Nobre do Edifício Municipal de Serviços (Loja do Cidadão de Mafra), a sessão de apresentação das oportunidades de financiamento do IFRRU 2020 e, nas Piscinas Municipais da Azueira, a Mega hidro “Colour Power”; de 13 a 15 de abril, na Praia de Ribeira d’Ilhas, a prova Allianz Ericeira Pro; de 14 a 22 de abril, na Escola das Armas, a LVII Semana Equestre Militar; o 2.º Festival Internacional de Órgão de Mafra, nos dias 14 e 15 de abril, respetivamente na Igreja de S. Silvestre do Gradil e na Igreja de São Pedro da Ericeira; de 15 a 20 de abril, o Flame Work, II Treino Operacional de Fogo Controlado no Concelho de Mafra; no dia 16 de abril, na Sala Diana, no Palácio Nacional de Mafra, a reunião da Assembleia Geral do Agrupamento Europeu de Cidades de Cerâmica; no dia 17 de abril: no Sobral da Abelheira, o repovoamento do rio Safarujo com Ruivacos-do-Oeste; na Sala dos Atos, na Escola das Armas, a assinatura da escritura da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica; na Galilé do Palácio Nacional de Mafra,

## ATA DA REUNIÃO DE 20.04.2018 (PÚBLICA)



patente até 7 de maio, a exposição de Cerâmica Portuguesa; no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a 1.ª reunião da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica; no dia 18 de abril, pelas 10h00, no Pavilhão do Parque Desportivo Municipal, as Jornadas da Juventude, com a Feira das Profissões; no dia 19 de abril, no Edifício Municipal de Serviços (Loja do Cidadão de Mafra), o Ciclo de conferências SociALMAfra "As pessoas: o nosso património mais valioso", com o tema: "Envelhecimento ativo e saudável: preparar o futuro". -----

--- Seguidamente, informou sobre os próximos eventos a decorrer no Concelho: no dia 20 de abril, entre as 10h00 e as 17h00, no Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra, as Jornadas da Juventude, com a Feira das Ciências; no âmbito do II Festival Internacional de Órgão de Mafra, respetivamente nos dias 20, 21 e 22 de abril, pelas 21h30, na Igreja de Nossa Senhora do Livramento, o concerto de coro e órgão, com Ensemble S. Tomás de Aquino e André Ferreira, na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, o concerto de órgão, com Enrico Zanovello, e na Basílica do Palácio Nacional de Mafra, o concerto de coro e órgão, com o Coro Gregoriano de Lisboa e Sérgio Silva; no dia 21 de abril, entre as 10h00 e as 19h00, no Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra, as Jornadas da Juventude, com o Game Day; no dia 22 de abril, pelas 15h30, no Museu Municipal Prof. Raúl de Almeida, em Mafra, "Traço a traço. A arte na pré-história"; no dia 22 de abril, pelas 10h15, no Concelho de Mafra, a Gran Fondo Lisboa, prova de cicloturismo com passagem por Milharado, Venda do Pinheiro, Malveira, Mafra e Ericeira; nos dias 24 e 30 de abril, pelas 21h30, respetivamente no Salão Paroquial Santo Isidoro e no Salão Paroquial de Encarnação, a tertúlia dedicada à poesia "Dois Dedos de Poesia – Breve História da Poesia Portuguesa"; nos dias 28 e 29 de abril, das 10h00 às 18h00, no Parque Urbano de São Sebastião, a.ti.tudo – O teu mercado aqui; no dia 28 de abril, pelas 15h00, no Atlético Clube da Malveira, o Mafra Foot; no dia 29 de abril, pelas 16h00, na Casa da Música Francisco Alves Gato, o Ciclo de Música – Bandas Filarmónicas e Orquestra do Concelho de Mafra, com a Escola de Música da Casa do Povo da Enxara do Bispo; no dia 4 de maio, pelas 21h30, na Casa da Música Francisco Alves Gato, o Ciclo de Música Jazz –

92.

Urban Jazz Band. -----

**--- DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA: -----**

--- O Vereador Rogério Costa, no uso da palavra, procedeu à leitura do documento apresentado, intitulado "*Dia da Liberdade 25 de Abril*", o qual se anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (anexo III). -----

**--- DO VEREADOR JOSÉ GRAÇA: -----**

--- Interveio, de seguida, o Vereador José Graça que, nos termos do documento apresentado, intitulado "*O 25 de Abril, aos dias de hoje*", procedeu à sua leitura, fazendo o mesmo parte integrante da presente ata (anexo IV). -----

**--- II – ORDEM DO DIA: -----**

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

**--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: -----**

**--- 1.1. ATA: -----**

--- Retirado da ordem de trabalhos. -----

**--- 1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO - CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/5764, e respetivos anexos, elaborada pela Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 17 de abril de 2018 e despacho de encaminhamento à reunião de câmara do Presidente, da mesma data (anexo V). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos conjugados da alínea f) do n.º 1 do art.º 33 do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (Código dos Contratos Públicos, CCP), face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço, a abertura de procedimento por Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do

## ATA DA REUNIÃO DE 20.04.2018 (PÚBLICA)

n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, para a "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro" para o ano letivo 2018/2019 com possibilidade de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, considerando para o efeito, como parâmetro base do preço contratual, o valor de € 1.135.828,17 (um milhão, cento e trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e oito euros e dezassete cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde um preço base por ano letivo de € 378.609,39 (trezentos e setenta e oito mil seiscentos e nove euros e trinta e nove cêntimos), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor; aprovar o anúncio de procedimento, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos; definir como critério de adjudicação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP, o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de avaliação do preço, bem como a Adjudicação por Lote (em que cada concorrente poderá apresentar propostas para cada um dos 24 lotes), podendo cada lote ser adjudicado a diferente concorrente, e ainda a aprovação da constituição do júri de procedimento, bem como a designação, para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, do Gestor do Contrato. -----

**--- 1.3. AQUISIÇÃO A FAVOR DO MUNICÍPIO DE MAFRA, POR OCUPAÇÃO, DE VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/5854, elaborada em 11 de abril de 2018, na Unidade de Gestão do Património, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 11 de abril de 2018, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Luís, exarado em 16 de abril de 2018 (anexo VI). -----

--- O Vereador José Graça declarou que a proposta apresentada não suscita dúvidas, atendendo a que os veículos estão identificados, pelo que irão votar favoravelmente. No entanto, alertou para a necessidade de se incorporar veículos com outros

*af.*

equipamentos motores, nomeadamente por eletricidade, em respeito pelo ambiente. --  
--- O Presidente aditou que, ainda recentemente, foi adquirido um veículo elétrico, com o apoio do Fundo Ambiental, para proceder às limpezas urbanas, defendendo que é nesse sentido que se caminha, embora o processo tenha de ser gradual, atendendo ao elevado custo de investimento. -----

--- Atenta a Informação Interno/2018/5854, supra mencionada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal de Mafra deliberou, por unanimidade, nos termos conjugados do n.º 4, do artigo 165.º do Decreto-Lei n.º 114/94 de 3/5, na sua atual redação (Código da Estrada), com os artigos 1316.º e 1318.º do Código Civil e artigo 33.º, n.º 1, alíneas dd) e rr) do do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aquisição, por ocupação, a favor do Município de Mafra, das referidas viaturas de forma a integrarem o património municipal. -----

## --- **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO**

### **SOCIOECONÓMICO:** -----

#### --- **2.1. REGULAMENTO DO PRÉMIO INTERNACIONAL DE COMPOSIÇÃO - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO 2018:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/5253, elaborada na Divisão de Turismo, Cultura e Desporto, em 10 de abril de 2018, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Turismo, Cultura e Desporto e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 10 de abril do ano em curso, bem como o despacho de concordância do Vereador António Felgueiras, exarado em 16 de abril corrente, devidamente instruída com o "Projeto de Alteração do Regulamento do Prémio Internacional de Composição, Órgãos do Palácio Nacional de Mafra" (anexo VII). -----

--- Em complemento, o Vereador António Felgueiras referiu que, dando continuidade à realização do Prémio Internacional de Composição para os Órgãos do Palácio Nacional de Mafra, a promover em 2019, é necessário adequar algumas normas do regulamento, as quais serão também submetidas à apreciação do Ministério da Cultura, uma vez que este prémio de composição é uma parceria entre o referido Ministério e o Município de Mafra. -----

--- Atenta a informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos das alíneas r), t) e u), do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua

## ATA DA REUNIÃO DE 20.04.2018 (PÚBLICA)



redação atual, aprovar as alterações propostas ao Regulamento do Prémio Internacional de Composição, Órgãos do Palácio Nacional de Maфра, em anexo à mencionada informação. -----

**--- 2.2. GERAÇÃO ON 2018 - PROPOSTA DE CALENDARIZAÇÃO E RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/5681, elaborada em 9 de abril de 2018, na Divisão de Educação e Juventude, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Educação e Juventude e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 13 de abril corrente, bem como o despacho de concordância do Vereador António Felgueiras, exarado a 16 de abril de 2018 (anexo VIII). -----

--- O Presidente acrescentou que este projeto tem registado grande sucesso, possibilitando aos jovens do Concelho ter experiências reais no mercado de trabalho. Face à procura, pretendeu-se este ano ampliar significativamente o número de vagas: de 94 existentes em 2016 e 164 em 2017, para 290 vagas em 2018. Salientou, ainda, a existência de um número maior de entidades envolvidas, possibilitando a diversificação dos locais de acolhimento. De seguida, deu a palavra ao Vereador António Felgueiras para proceder à apresentação do projeto Geração On. -----

--- O Vereador António Felgueiras explicou que o projeto, iniciado em 2014, se realizará de 2 de julho a 9 de setembro, visando proporcionar aos jovens a oportunidade de ocupar os seus tempos livres na interrupção letiva do verão no desempenho de diversas atividades e tarefas ao serviço de projetos municipais e também de entidades de acolhimento no Concelho. Tem como principais objetivos o desenvolvimento das competências pessoais e a aquisição de aprendizagens e de novos conhecimentos. Mais referiu que foram preparados um conjunto de 11 turnos, conforme a tabela integrada na informação previamente distribuída, sendo que cada jovem poderá usufruir de 4 a 7 horas diárias, no máximo durante cinco dias, prevendo-se a utilização de 21.973 horas, com uma retribuição de € 2,00/hora, perfazendo um total de € 43.960,00. -----

tp.

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a calendarização do projeto destinado aos jovens dos 16 aos 25 anos, de 2 de julho a 09 de setembro de 2018, bem como o valor da respetiva retribuição financeira, por hora, de € 2,00 (dois euros). -----

### **--- 3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS**

#### **E AMBIENTE: -----**

#### **--- 3.1. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DEVIDAS PELA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA EM VENDA DO PINHEIRO - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VENDA DO PINHEIRO E SANTO ESTÊVÃO DAS GALÉS - PROC.º OP-405/2017: -----**

--- Presente, a fls. 86, o pedido de isenção das taxas devidas pela realização da operação urbanística de ampliação da edificação existente com mudança de utilização para lar de idosos, centro de dia, gabinetes e sede social da Santa Casa da Misericórdia, apresentado por Santa Casa da Misericórdia da Venda do Pinheiro, sobre o qual foi prestada informação em 2018/03/16 pela Secção Administrativa de Obras e Loteamentos arquivada a fls. 113 e proferido despacho pelo Sr. Presidente da Câmara, em 2018/04/04, a fls. 116. -----

--- Atento ao teor do pedido, aos documentos que o acompanham, à informação prestada e à proposta de despacho do Diretor de Departamento que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido e, consequentemente, isentar do pagamento de taxas devidas pela realização da operação urbanística acima referida, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento da Tabela de Taxas em vigor no município. O Vereador António Felgueiras não votou por se considerar impedido. -----

#### **--- 3.2. PROPOSTA DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DA ÁREA DA REABILITAÇÃO URBANA DA ERICEIRA - SUBMISSÃO A DISCUSSÃO PÚBLICA E ENVIO PARA PARECER DO IHRU: -----**

--- Presente, em anexo, a informação interno/2018/6127, em 16 de abril de 2018, da Área de Regeneração Urbana da Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística e do Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, ambos da mesma data, devidamente



## ATA DA REUNIÃO DE 20.04.2018 (PÚBLICA)



instruído com a documentação a que se refere (anexo IX). -----

--- Interveio a arquiteta Sandra Garrido, a pedido do Presidente da Câmara, para proceder à apresentação da proposta de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática da Área da Reabilitação Urbana (ARU) da Ericeira. Começou por explicar que a Área de Reabilitação Urbana da Ericeira está inserida no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) aprovado em 2015, o qual integra o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), que define os objetivos estratégicos sobre a regeneração urbana do eixo central do Concelho entre a Malveira/ Venda do Pinheiro, Mafra e Ericeira. Acrescentou que nas ARU se tem necessariamente, e de acordo com a lei, que desenvolver uma ORU, no prazo máximo de três anos. No caso da ARU da Ericeira, a ORU deverá ser sistemática, porque enquadra a requalificação do edificado e a reabilitação do espaço público e das suas infraestruturas. De seguida, procedeu à apresentação, através de *power point*, nos termos do documento em anexo, o qual faz parte integrante da presente ata (anexo X). -----

--- O Presidente realçou a importância estratégica da reabilitação urbana, acrescentando que, de modo a incentivar os proprietários, foram definidas 12 medidas de apoio no âmbito do programa municipal "Mafra Requalifica". Por último, informou que, na próxima reunião de Câmara, será presente uma proposta com mais uma medida inovadora, a qual contribuirá para a qualificação da paisagem urbana do Concelho de Mafra. -----

--- O Vereador José Graça afirmou que, para o Partido Socialista, tudo o que seja para valorizar o território é sempre bem-vindo, declarando que o sentido de voto dos Vereadores eleitos por este partido é favorável. Independentemente da questão técnica desta proposta, questionou se o risco sísmico está integrado na ARU e na ORU, atendendo a que o Concelho de Mafra está dentro da zona geológica de Lisboa. Nesse sentido, fez referência a um estudo desenvolvido pelo LNEC e pelo Instituto Superior Técnico, com um folheto de identificação dos riscos e indicação das medidas a tomar para reduzi-los, sugerindo que o Concelho de Mafra se possa associar ao projeto *Know Risk*, um projeto europeu orientado para a divulgação científica sobre risco e proteção



sísmica não-estrutural, e que, em conjunto com estas ações de requalificação em Maфра, sejam tomadas medidas de sensibilização e de proteção. -----

--- O Presidente informou que o folheto lhe foi entregue pelo Professor Mário Lopes, investigador do Instituto Superior Técnico, que, em entrevista à RTP, alertou para os estragos que um terramoto poderá provocar em Portugal. Mais informou que o referido folheto é divulgado através dos serviços da Proteção Civil Municipal. Referiu, ainda, que o risco sísmico é uma questão que se põe não tanto ao nível da definição das ARU e ORU, mas essencialmente ao nível dos projetos, que são submetidos à Câmara para licenciamento. -----

--- Atenta a informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Camara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, aprovar a proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Ericeira, através de instrumento próprio, contendo o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), organizado de acordo com o artigo 33.º do mesmo regime jurídico. Deliberou, ainda, ao abrigo do n.º 3 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, submetê-lo, ao abrigo do n.º 4 do artigo 17.º do mesmo regime, a discussão pública, a promover nos termos previstos no seu artigo 89.º, e, simultaneamente, a remeter a proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Ericeira ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., IHRU, por meios eletrónicos, para emissão de parecer não vinculativo no prazo de 15 (quinze) dias. -----

--- **ATENDIMENTO AO PÚBLICO:** -----

--- Quando eram dez horas e trinta e cinco minutos, interrompeu-se a reunião para se proceder ao atendimento do público. Não havendo ninguém interessado em intervir, retomou-se a reunião para dar seguimento ao período da ordem do dia. -----

--- **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA:** -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

## ATA DA REUNIÃO DE 20.04.2018 (PÚBLICA)

--- Quando eram dez horas e quarenta minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_





## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

007

### **LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE** **COMPETÊNCIA DELEGADA**

Considerando as competências que foram delegadas pela deliberação camarária de 2017/10/24, anexo a relação respeitante aos despachos proferidos no período de 28 de março a 11 de abril de 2018.

Mafra, 12 de abril de 2018.

Presidente da Câmara,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

anexo I



PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	266/2015	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2018/03/20	2018/04/06	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ANTÔNIO DE CARVALHO ALVES-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E MURUS RUA DO SUAVE MILAGRE, N.º 4 - TITUARIA
OP	22/2014	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2018/03/12	2018/03/28	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	CLAUDIA SOFIA DOS ANJOS ANTUNES	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR ESTRADA PRINCIPAL, N.º 61-LAGOA
OP	138/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/06	2018/04/03	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	CRISTINA ISABEL DE MIRA TORRES MIGUEL JUDAS	DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM, ARRECAÇÃO, ARRUMOS E MURUS DE VEDAÇÃO RUA DO CANAL, N.º 1-A E 1-B MAFRA
RO	67/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/15	2018/04/04	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	EDUARDO DOS SANTOS LOURENÇO	CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE ROGEL
OP	178/2017	ALTERAÇÕES	2018/03/05	2018/03/28	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	FELICIDADE FORTE DA SILVA VAZ BIRRENT	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E PISCINA TRAVESSA DA CALADA, N.º 98-TALEFE
OP	340/2015	ALTERAÇÕES	2018/03/12	2018/04/03	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	HELDER MIGUEL GONÇALVES FERREIRA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA DA BICA, N.º 32 - IGREJA NOVA
OP	36/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/21	2018/03/28	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	INÊS ROSÁRIO DE MOURA	AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR ESTRADA DA LAPA, N.º 29-VALE DA LAPA - LIMITES DA VENDA DO PINHEIRO
OP	6/2018	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP OU LEGALIZAÇÃO)	2018/02/27	2018/04/02	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	IVAN DRON	ALTERAÇÃO DE FACHADA COM COLOCAÇÃO DE MARQUISE RUA 25 DE ABRIL, 63-A - MALVEIRA
LP	10/2016	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO	2017/11/09	2018/03/28	D DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO	JOHN NICHOLAS BLAIR TURNER	PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO VALE DE SÃO GIÃO-MILHARADO
OP	134/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/06	2018/04/06	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOSÉ CARLOS PEDROSO MIRANDA	TRANSFORMAÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR EM BIFAMILIAR COM LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO ESTRADA NACIONAL 9-2- TOURINHA
OP	268/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/12	2018/04/05	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOSÉ PEDRO JORGE RODRIGUES	LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E DE ANEXO E CONSTRUÇÃO DE ALPENDRE PARA ESTACIONAMENTO RUA DO POENTE, N.º 20-CHARNECA
OP	232/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/13	2018/04/10	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	OS CAMELOS-CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO BIFAMILIAR RUA DOS SIMÕES-ALCAINÇA
OP	415/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/20	2018/04/09	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	OVIUR-ARQUITECTURA, ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR, GARAGEM, PISCINA E MURUS DE VEDAÇÃO LOTE 3-URBANIZAÇÃO DA MURTINHEIRA-CARVOEIRA
OP	16/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/20	2018/04/10	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	OVIUR-ARQUITECTURA, ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR, ARRUMOS, GARAGEM, MURUS DE VEDAÇÃO E PISCINA URBANIZAÇÃO DA MURTINHEIRA, LOTE 2-FONTE BOA DA BRINCOSA

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	69/2015	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2016/12/22	2018/04/05	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PARREIRAL, INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA	CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM E ESCRITÓRIOS VENDA DO PINHEIRO
OP	88/2016	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/16	2018/04/10	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PEREIRA & RIBEIRO, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA DO POMAR - A-DA-PERRA-MAFRA
OP	163/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/03/27	2018/04/06	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	QUINTA BIO, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM, ADEGA, ARRUMOS E MUROS PICANCEIRA
OP	384/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/02/15	2018/04/09	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	VITOR MANUEL LOPES MANSO	LEGALIZAÇÃO DE ARMAZÉM AVENIDA ESTRADA REAL, N.º 2 - PÓVOA GALEGA

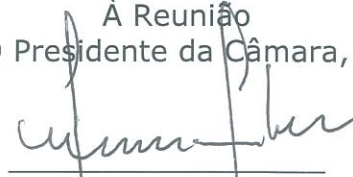
X





**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**  
**Divisão de Assuntos Jurídicos**  
**Unidade de Licenciamentos Diversos**  
**Secção de Licenciamentos Diversos**

Tomei conhecimento.  
À Reunião  
O Presidente da Câmara,

  
16/04/18

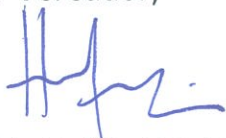
**INFORMAÇÃO**

Ao abrigo do despacho n.º 49/2017 de 24/10/2017, informo das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro por mim proferidas, nos dias 3, 4 e 6 de abril de 2018 ao abrigo das competências que me foram subdelegadas, cujo resumo é o seguinte:

Licença especial de ruído	3
Licença de recinto improvisado	1
Autorização para lançamento de fogo	1
Licença para Divertimento Público	1
Licença para Prova Desportiva	1

Mafra, 10 de abril de 2018

O Vereador,





(Hugo Moreira Luís)



## RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIA SUBDELEGADA

### SR. VEREADOR HUGO MOREIRA LUIS

03/04/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTO ISIDORO	ISENTO	DEFERIDO
04/04/2018	AUTORIZAÇÃO PARA LANÇAMENTO DE FOGO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTO ISIDORO	ISENTO	DEFERIDO
06/04/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTO ISIDORO	ISENTO	DEFERIDO
06/04/2018	LICENÇA PARA DIVERTIMENTO PÚBLICO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTO ISIDORO	ISENTO	DEFERIDO
04/04/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	GRUPO MOTARD RAPOSAS DA CALÇADA	ISENTO	DEFERIDO
03/04/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	SOCIEDADE RECREATIVA CHELEIRENSE	ISENTO	DEFERIDO
06/04/2018	LICENÇA PARA PROVA DESPORTIVA		ISENTO	DEFERIDO

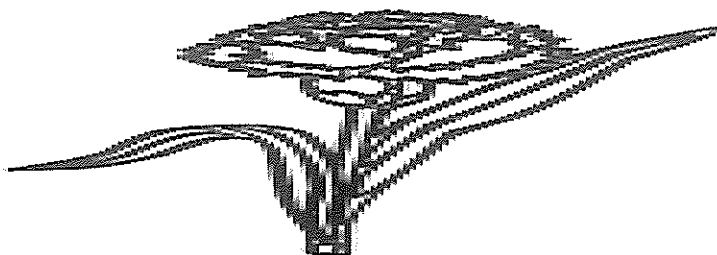
  
Assinado  
Preenchido  




**DIA DA LIBERDADE**

*Handwritten signature*

012



**25 DE ABRIL**

### 2018 – LUTAR POR ABRIL

**A Política já se sabe, foi transformada na arte da ilusão. Deveria ser a arte da verdade e não o delírio habitual de alibis artificiais para esconder incapacidades próprias.**

**Há 44 anos libertamo-nos duma prisão, dum isolamento e de um obscurantismo.**

**Quisemos, com os novos ventos da História, erguer as velas de velhos navegantes rumo á paz, à liberdade, e a outra amizade de cooperação entre os povos.**

**Portugal readimiui-se numa noite e fez dum conjunto de jovens militares, emergirem capitães, timoneiros do povo armado e sobe a égide dum povo unido, erguer uma das mais belas páginas da sua história.**

**Os inimigos não estavam em África mas aqui no continente alojados á muitos anos no terreiro do Paço. “Era o fascismo”.**

**Estamos a comemorar 44 Anos do 25 de Abril, sendo um golpe militar teve na estrondosa adesão popular a plataforma para um estado superior:**

**Foi Revolução.**

**Aos cidadãos foi restituído o que era seu e por isso tomaram nas suas mãos o que lhe era pertença:**

**Nas instituições, nas fábricas, nos bairros, nas escolas; na terra, no campo, na serra.**

**Há 44 anos o programa do MFA dava o mote “Democratizar, Descolonizar, Desenvolver”.**

*anexo III*

**Hoje passados quatro décadas, o Portugal democrático não devia ter nada a ver com o Portugal da ditadura mas, infelizmente, nos últimos anos, o 25 de Abril parece ficar distante.**

**Os desencantos de hoje e respectivas frustrações, são fruto de sucessivas coligações de interesses e conjugação de fatores internos e externos que governaram e governam o país.**

**Às raízes antigas, outras se lhe vieram juntar.**


**Resultado da essência e natureza dum sistema perdedor, responsável pela miséria, pela fome e pela doença de milhões de portugueses, pela depauperação e pilhagem das famílias, nomeadamente nos roubos aos trabalhadores, aos reformados e pensionista, aos jovens, aos pequenos e médios empresários, onde os ricos são cada vez mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres.**

**Chama-se a isto, “Capitalismo”, com diversas alcunhas: Neo-liberalismo, ultra- liberalismo, ou simplesmente “mercados”.**

**No 25 de Abril de 1974 as pessoas, os portugueses, quiseram participar no futuro de Portugal.**

**Quem deixou, quem permitiu, (como e quando) que, nos dias de hoje, sejam os “mercados” a mandar em nós?**

**Há muito que a economia social foi estrangulada e a vertente financeira (espaculação e corrupção), se sobrepele à vertente produtiva (economia real).**

**A banca, a alta finança, os grandes grupos económicos e ~~estes~~  governos de direita a governar, são a essência da crise.**

**Para nós democratas, o verdadeiro 25 de Abril assentava e assenta nos direitos democráticos, na liberdade e deveres do cidadão, dignos dum estado social e que graças à sua luta estão consagrados na constituição da República Portuguesa.**

**Há 44 anos quisemos um país novo. Hoje lutaremos pelos seus princípios e suas conquistas.**

**Que outra “Guerra” ou outras “Guerras” nos atormentam?**

**Voltamos as estar em “Guerra”.**

**Sabemos onde estão os inimigos, que políticas internas e externas nos conduziram a este estado: à austeridade, ao desemprego, ao ataque ao direito do trabalho, aos reformados e pensionistas, aos salários, à redução dos legítimos direitos na saúde, na segurança social, na educação e a justiça.**

**Com estas políticas não vamos a lado nenhum, por isso está na hora de exigirmos ao actual presidente da República que a Constituição Portuguesa seja cumprida.**

**É necessário acabar de vez, com as aves de rapina que proliferam ainda neste país.**

**Urge arrepiar caminho.**

**Uma sociedade destas não é apenas pouco higiénica e irrespirável.**

**É uma sociedade reles!**

**É necessário defender Abril.**

**É necessário seguir o rumo do socialismo.**

*Mafra 20de Abril de 2018*

*O vereador*

*Rogério Costa*









## Declaração

**O 25 de Abril, aos dias de hoje**

No início desta intervenção sobre os 44 anos que passam sobre o golpe militar da madrugada do 25 de Abril de 74, o Partido Socialista de Mafra não pode desde já o de voltar a invocar a memória de dois Mafrenses que se destacaram na ação desse dia; o Coronel Marques Júnior e o Major Vítor Alves ambos já falecidos, infelizmente, assim como a uma justa evocação a tantos e tantos homens que estiveram na Guerra Colonial, qual incubadora da revolução. Justíssimo será também o invocar a memória de tantos e tantos Homens e Mulheres civis e pacifistas que lutaram internamente para que o derrube de um Governo ditatorial viesse a romper a aurora de um dia. Uns e outros com diversas origens mas muitos oriundos do Concelho de Mafra.

44 anos vão decorrer sobre o 25 de Abril de 74 na próxima quarta-feira. 44 anos sem que, na Vila de Mafra, se celebre Abril com a dignidade que data merece. Pode-se aqui querer invocar a liberdade individual e de associação que cada cidadão tem o direito a assumir para participar ou contemplar essa comemoração. É um fato. Com também é um fato que a não passagem da mensagem do que custou e custa a liberdade torna esse já longínquo dia como um dia banal que muitas das novas gerações o poderão apenas invocar .... Porque é feriado. Perante tantos e tantos perigos que uma jovem democracia corre, perante tantos e tantos populismos fáceis que grassam por essa Europa fora e que já começam a aparecer em Portugal, é para o Partido Socialista, pedra basilar que a história se faça e se evoque com todo o sentido de pertença que a Liberdade merece.

Há 44 anos atrás olhava-se o futuro com esperança e até com a certeza de um tempo melhor. E, apesar das vicissitudes dos anos que passaram, Abril cumpriu-se. Desde logo foi resgatada a liberdade, esse bem supremo que faz parte da natureza humana. Foi conquistada a democracia, o único sistema político que respeita a condição racional dos seres humanos e que faz a fronteira entre a civilização e a barbárie. O único sistema político que tolera e integra todos aqueles que, a seu coberto, o vilipendiam e, quantas vezes, contra ele conspiram, tentando destruí-lo com a liberdade que "Abril" lhes trouxe.

Estamos já com 44 anos passados sobre esta data. Quem diria! Muita coisa mudou em Portugal e, pode-se dizer bem alto, para melhor. Como era o território da Vila de Mafra em '74 e como está hoje? Só não vê quem não quer ver como por todo o Portugal. Mas os tempos são de mudança. De uma mudança, nem sem perceptível, mas que se faz em muitos palcos geográficos e formas diferentes. Seja na dignidade do trabalho e dos trabalhadores, na articulação entre os direitos civis, políticos e sociais, no combate a todas as formas de discriminação, no exercício da democracia política, na do Estado social e a política redistributiva, seja nas redes sociais na desinformação e no populismo.







Para o PS a oposição a uma política de austeridade pura e cega. do recusar ser muleta da direita, o de construir uma alternativa à esquerda; e implementar políticas económicas e sociais progressistas, mantendo ao mesmo tempo intacta a fidelidade ao projeto europeu, veio provar que é possível ao centro-esquerda ser o que é, uma corrente moderada, e reformista, mantendo as pontes de comunicação abertas com todos aqueles que prezam os mesmos valores atlânticos e europeístas e os que, à sua esquerda, partilham o objetivo de fazer crescer a riqueza, o emprego, os direitos e o rendimento. Ao fazê-lo, contribui (com vários outros partidos, saliente-se) para preservar em Portugal o sistema democrático de partidos e travar a emergência de forças populistas. É esta atitude e verticalidade que prova que é possível respirar-se “Liberdade”, e que é possível voltar a sentir-se “Abril”.

O caminho implica compromissos indispensáveis. Compromissos como os de combater o populismo, o nacionalismo. O de não ceder combatendo os novos instrumentos de opressão das pessoas e de manipulação das consciências, o de não ceder perante os novos-mundos da liberalização selvagem do mercado de trabalho, quer seja pelo robotização quer seja pelo tele-trabalho, o de saber resistir às máquinas de desinformação, da sobrançeria do poder económico face ao interesse público, da alegada corrupção dos sistemas políticos e judiciais, à liberdade de imprensa, da judicialização da política à politização da justiça. E, sobretudo, um novo compromisso que encontre formas de valorizar o trabalho nas economias digitais, que combine bem a aposta na qualificação e inovação com a redução das desigualdades, que revalorize a redistribuição e que invista numa governação, nacional e internacional, mais escrutinável pelos protocolos democráticos.

Tudo isto exige abertura de espírito, exige estudo e argumentação pública com todos, diálogo social vontade em mudar, ponderação e avaliação cuidada de cada passo dado, respeitando a história e fazendo lembrar - a todos - o quanto custou e custa garantir a Liberdade.

Mafra, 20 abril 2018

O Vereador do Partido Socialista

José Manuel Graça



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo com o proposto. À consideração do Exmo. Sr. Presidente.

...../...../.....

O Vereador,

(Hugo Moreira Luís)

**DESPACHO**

Concordo com o teor da informação. Propõe-se a abertura de procedimento, nos termos elencados pelos serviços.

17/04/2018  
...../...../.....

A Diretora de Departamento,

*Ana Viana*

(Ana Viana)

Concordo com a informação dos serviços. À consideração superior.

17/04/2018  
...../...../.....

A Chefe de Divisão,

*Dulce Lourenço*

(Dulce Lourenço)

À Reunião

17/04/18  
...../...../.....

O Presidente da Câmara,

*Hélder Sousa Silva*

(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2018/5764**

**ASSUNTO:** Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro - Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia

Na sequência da **INFORMAÇÃO Interno/2018/5065**, e conjunto de elementos anexos à distribuição **EDOC/2018/18340**, com origem na **Divisão de Educação e Juventude**, onde se encontram plasmados um conjunto de considerandos que remetem, face à incumbência acometida ao Município, nos termos da alínea gg) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a necessidade de proceder, face à ausência no seio do Município, de meios técnicos e humanos que permitam a prossecução de tais tarefas, à



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Administração Geral e Finanças**

**Divisão de Gestão Financeira e Património**

contratação da **"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro"**, para o ano letivo 2018/2019, com possibilidade de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021;

Atento o projeto/ação expresso em Plano de Atividades (2014|A|9), referente a Serviços Auxiliares de Ensino - Transportes Escolares, tendo sido salvaguardada a devida cabimentação da verba, conforme informação de cabimento em anexo à presente informação.

Considerando que a aquisição de serviços é, mais uma vez, objeto de regulação no **Orçamento de Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro)**, pelo que há que verificar se todos os requisitos de que a mesma depende, se encontram observados.

Considerando que como requisitos comuns a todo o tipo de prestação de serviços, estabelece a **alínea a) do n.º 1 do artigo 61.º**, que os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2018, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2017, não podem ultrapassar os valores pagos em 2017, acrescentando a alínea b): que não se pode ultrapassar os preços unitários que tenham servido de base aos gastos de 2017. Sendo que nos termos dos **n.º 3** do dito artigo, em situações excecionais prévia e devidamente fundamentadas, o presidente do órgão executivo pode autorizar a dispensa do disposto no referido n.º 1.

Pelo que, observando o objeto que se pretende contratualizar e fazendo o paralelismo com idêntico objeto existente em 2017 (consubstanciado pelos contratos resultantes dos procedimentos por concurso público de 2015 – CPBS 4 e CPBS 6 e respetivas renovações para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018), nomeadamente preço em vigor em 2017/2018 e preço máximo que a entidade adjudicante se propõe pagar para o ano letivo 2018/2019, tal resulta na comparação expressa no quadro infra:

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património**

<b>Lote</b>	<b>Designação do Lote</b>	<b>Preço Dia (ano letivo)</b>	<b>Preço Base dia Ano Letivo 2018/2019</b>
<b>1</b>	Escola Básica Hélia Correia – Mafra	82,00€	42,00 €
<b>2</b>	Escola Básica Dr. Sanches de Brito – Mafra - I	82,00€	82,00 €
<b>3</b>	Escola Básica e Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito - Mafra - II	103,00€	103,00 €
<b>4</b>	Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito - Mafra	34,45 €	51,70 €
<b>5</b>	Escola Básica e Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - I	80,35€	102,60 €
<b>6</b>	Escola Básica e Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - II	79,35€	122,52 €
<b>7</b>	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel de Alcaíça	54,45 €	20,50 €
<b>8</b>	Escola Básica Artur Patrocínio – Azueira	82,45€	82,45 €
<b>9</b>	Escola Básica de São Miguel - Enxara do Bispo	100,00€	100,00 €
<b>10</b>	Escolas Básicas de São Silvestre do Gradil e de São Miguel da Enxara do Bispo	99,00€	99,00 €
<b>11</b>	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - I	127,70€	127,70 €
<b>12</b>	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - II	123,60€	123,60 €
<b>13</b>	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - III	122,64€	122,64 €
<b>14</b>	Jardim de Infância de São Miguel do Milharado	65,95€	65,95 €
<b>15</b>	Escola Básica da Venda do Pinheiro	129,84€	129,84 €
<b>16</b>	Escola Básica de Santo Estevão das Galés I	100,00 €	100,00 €
<b>17</b>	Escola Básica de Santo Estevão das Galés II	95,50 €	95,50 €
<b>18</b>	Escola Básica da Freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - I	112,00€	112,00 €
<b>19</b>	Escola Básica da Freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - II	109,00 €	109,00 €
<b>20</b>	Escola Básica da Freguesia da Carvoeira – Fonte Boa da Brincosa	90,50€	90,50 €
<b>21</b>	Escola Básica da Ericeira	69,09€	69,09 €
<b>22</b>	Escola Básica da Freguesia da Encarnação - I	88,50€	88,50 €
<b>23</b>	Escola Básica da Freguesia da Encarnação - II	89,50€	89,50 €
<b>24</b>	Escola Básica da Freguesia da Encarnação - III	84,50€	84,50 €





## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Verifica-se assim, como devidamente fundamentado pelo serviço requisitante e resultando da necessidade operacional para a mais correta prestação do serviço e indo de encontro às necessidades das crianças englobadas nos circuitos de transportes em apreço, a redução do preço unitário em dois dos lotes, paralelamente ao aumento nos lotes 4, 5 e 6, resultando tal de:

- Lote 4: aumento de duas para três viaturas e
- Lotes 5 e 6: acréscimo de mais uma volta de retorno das crianças da educação pré-escolar em cada um dos lotes.

Pelo que se propõe:

### 1. Tipo de Procedimento:

Abertura de procedimento por **Concurso Público**, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, para o fornecimento e prestação de serviços no âmbito das **“Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro”** para o ano letivo 2018/2019 com possibilidade de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, considerando para o efeito um preço contratual de **1 135 828,17 € € (um milhão, cento e trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e oito euros e dezassete cêntimos)**, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde um preço base por ano letivo de **378.609,39€ (trezentos e setenta e oito mil seiscientos e nove euros e trinta e nove cêntimos)**, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor;

### 2. Critério de Adjudicação:

- 2.1 Considerar como Critério de Adjudicação, nos termos da alínea b) do n.º1 do art.º 74.º do CCP, o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de **avaliação do preço**;



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património**

**2.2 A Adjudicação será por Lote** (em que cada concorrente poderá apresentar propostas para um, vários ou totalidades dos lotes), podendo cada lote ser adjudicado a diferente concorrente, nos seguintes termos:

LOTES	Designação do Lote	Previsão do N.º dias por ano letivo	Preço Base / Dia	Preço Base / Ano Letivo	Preço Contratual
1	Escola Básica Hélia Correia – Mafra	171	42,00 €	7 182,00 €	21 546,00 €
2	Escola Básica Dr. Sanches de Brito – Mafra - I	171	82,00 €	14 022,00 €	42 066,00 €
3	Escola Básica e Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito - Mafra - II	171	103,00 €	17 613,00 €	52 839,00 €
4	Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito - Mafra	171	51,70 €	8 840,70 €	26 522,10 €
5	Escola Básica e Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - I	171	102,60 €	17 544,60 €	52 633,80 €
6	Escola Básica e Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - II	171	122,52 €	20 950,92 €	62 852,76 €
7	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel de Alcainça	171	20,50 €	3 505,50 €	10 516,50 €
8	Escola Básica Artur Patrocínio – Azueira - I	171	82,45 €	14 098,95 €	42 296,85 €
9	Escola Básica de São Miguel - Enxara do Bispo	171	100,00 €	17 100,00 €	51 300,00 €
10	Escolas Básicas de São Silvestre do Gradil e de São Miguel da Enxara do Bispo	171	99,00 €	16 929,00 €	50 787,00 €
11	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - I	171	127,70 €	21 836,70 €	65 510,10 €
12	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - II	171	123,60 €	21 135,60 €	63 406,80 €
13	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - III	171	122,64 €	20 971,44 €	62 914,32 €
14	Jardim de Infância de São Miguel do Milharado	171	65,95 €	11 277,45 €	33 832,35 €
15	Escola Básica da Venda do Pinheiro	171	129,84 €	22 202,64 €	66 607,92 €



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Departamento de Administração Geral e Finanças

#### Divisão de Gestão Financeira e Património

<b>16</b>	Escola Básica de Santo Estevão das Galés I	171	100,00 €	17 100,00 €	51 300,00 €
<b>17</b>	Escola Básica de Santo Estevão das Galés II	171	95,50 €	16 330,50 €	48 991,50 €
<b>18</b>	Escola Básica da Freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - I	171	112,00 €	19 152,00 €	57 456,00 €
<b>19</b>	Escola Básica da Freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - II	171	109,00 €	18 639,00 €	55 917,00 €
<b>20</b>	Escola Básica da Freguesia da Carvoeira – Fonte Boa da Brincosa	171	90,50 €	15 475,50 €	46 426,50 €
<b>21</b>	Escola Básica da Ericeira	171	69,09 €	11 814,39 €	35 443,17 €
<b>22</b>	Escola Básica da Freguesia da Encarnação - I	171	88,50 €	15 133,50 €	45 400,50 €
<b>23</b>	Escola Básica da Freguesia da Encarnação - II	171	89,50 €	15 304,50 €	45 913,50 €
<b>24</b>	Escola Básica da Freguesia da Encarnação - III	171	84,50 €	14 449,50 €	43 348,50 €
			<b>TOTAL</b>	<b>378 609,39 €</b>	<b>1 135 828,17 €</b>

### 3. Júri do procedimento:

3.1 Que o júri do concurso, nos termos do art.º 67.º do CCP, venha a ter a seguinte constituição:

- Presidente: Margarida Infante, Chefe da Divisão de Educação e Juventude;
- 1.º Vogal: Vasco Mota, Dirigente da Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento;
- 2.º Vogal: Cátia Sousa, Técnica Superior, a desempenhar funções na Divisão de Assuntos Jurídicos;
- 1.º Vogal Suplente (que substitui o presidente em caso de impedimento): Patrícia Duarte, Dirigente da Unidade de Coordenação de Gestão Educativa;
- 2.º Vogal Suplente: Bernardete Calhaço, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos;

3.2 Que ao júri sejam delegadas todas as competências inerentes ao procedimento concursal à exceção da competência para retificação das peças do procedimento, da decisão sobre eventuais erros e omissões identificados pelos interessados, bem

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património**

como sobre a decisão de adjudicação, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 69º do CCP, na sua redação atual.

**4. Caução:**

Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deverá prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com os artigos 88.º e 89.º do CCP;

**5. Prazo para a apresentação das propostas:**

Nos termos do n.º 1 do art.º 136.º do CCP definir um prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas.

**6. Para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, que seja designado como Gestor do Contrato: Dr.ª Margarida Infante, Chefe da Divisão de Educação e Juventude.****7. Autorização da despesa e aprovação das peças procedimentais:**

Face ao valor do preço base o acto de autorização da despesa e aprovação das peças procedimentais competirá à Câmara Municipal, nos termos conjugados da alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com a alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do DL 197 197/99, de 8 de Junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro na sua atual redação.

À consideração superior

2018/04/17

O Dirigente da Unidade de Contratação Pública

(Vasco Mota)



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude****INFORMAÇÃO Interno/2018/5065**

**ASSUNTO:** Abertura de Procedimento para aquisição de serviços no âmbito dos transportes escolares dos alunos que frequentam estabelecimentos de ensino dos agrupamentos de escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira, ano letivo 2018/2019

O anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, dispõe na al. gg), do n.º 1 do artigo 33.º, que compete à Câmara Municipal "*Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares*".

Também o "*Regulamento para Atribuição de Transportes Escolares do Município de Mafra*", na sua atual redação, no ponto 1.1 do artigo 3.º dispõe, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, na sua atual redação, que são abrangidos pelo transporte em Circuito Especial, os "*Alunos do 1.º ciclo cuja distância casa/escola seja superior a 4 Km*". O mesmo *Regulamento* contempla, no ponto 1.2 do artigo 3.º, os "*Alunos que, embora não cumpram o estipulado no ponto anterior sejam oriundos de localidades cujas escolas foram encerradas*".

Nesta conformidade, o transporte escolar dos alunos abrangidos pelo *Regulamento* atrás referido, tem sido assegurado pela Autarquia através de contratos de "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira", realizados com várias empresas de transportes, nos termos do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, sendo que os últimos contratos tiveram início no ano letivo 2015/2016 e foram renovados para os anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, não sendo possível realizar mais renovações.

Assim, e tendo em vista assegurar a continuidade do transporte em Circuito Especial, no âmbito das competências próprias da Autarquia, é necessário realizar



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

#### **Divisão de Educação e Juventude**

novo procedimento de contratação pública, igualmente nos termos do *Código dos Contratos Públicos* acima referido, para o ano letivo de 2018/2019, com possibilidade de renovação para 2019/2020 e 2020/2021.

Atentas as necessidades do serviço, o número de alunos expectável, os horários estimados de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino, uma adequada gestão de recursos humanos (designadamente, vigilantes) e, ainda, os resultados apurados no âmbito dos questionários de avaliação da satisfação dos encarregados de educação no último triénio, propõe-se que os 24 lotes tenham, na generalidade, as especificações abaixo referidas.

A especificidade de cada um dos lotes, designadamente: a) a caracterização georreferenciada dos locais de embarque e de desembarque em cada um das localidades; b) os horários a cumprir no embarque e desembarque; c) a lotação das viaturas pretendidas; d) a descrição dos circuitos e das voltas e, ainda, e) o número de quilómetros a percorrer, constam da caracterização dos Lotes constante das cláusulas técnicas do Caderno de Encargos, que se anexa.

#### **Lote 1 – Circuitos escolares para a Escola Básica Hélia Correia – Mafra**

Em virtude da redução do número de alunos inscritos no transporte escolar, oriundos da localidade de "Quintal", que atualmente é de 12, propõe-se que, em vez deste circuito ser efetuado por uma viatura com lotação de 12 a 22 alunos, em dois circuitos de recolha e de retorno, o mesmo seja feito por uma viatura ligeira de 7 lugares, para transporte de 14 alunos, em duas voltas de recolha e de retorno, o que permite, cumulativamente, a redução de uma vigilante (do efetivo da EB Hélia Correia), nas voltas da manhã e da tarde. Em virtude da curta distância entre esta localidade e a Escola, estima-se que o primeiro grupo embarque pelas 8H30M e o segundo grupo pelas 08H50M, não havendo, portanto, prejuízo para os alunos.

Esta alteração permite baixar o valor base do lote que vai ser posto a concurso, que se propõe no montante de 42,00€, por dia (atualmente contratualizado a 82,00€), uma vez que o encargo com uma viatura ligeira de passageiros é menor do que com



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

#### **Divisão de Educação e Juventude**

uma viatura pesada para o mesmo fim, e o número de alunos a transportar assim o justifica.

#### **Lote 2 –Circuitos escolares para a Escola Básica Dr. Sanches de Brito – Mafra - I**

Propõe-se que este circuito, em vez de ser efetuado por uma viatura com lotação de 12 a 22 alunos, em dois circuitos de recolha e de retorno, o mesmo seja feito por uma viatura ligeira de 7 lugares, para transporte de 14 alunos, em duas voltas de recolha e de retorno, o que permite a redução de uma vigilante (do efetivo da EB Sanches de Brito), nas voltas da manhã e da tarde. Esta alteração decorre da redução do número de alunos inscritos no transporte escolar, oriundos das localidades da "Murgeira" (4 alunos) e da "Barreiralva" (6 alunos). Esta proposta implicará que os alunos da Murgeira sejam embarcados 15 minutos mais cedo (às 8H30M, em vez de 08H45M), ao passo que os da Barreiralva serão embarcados mais tarde (08H50M em vez de 08H40M), o que se considera ser ma alteração com reduzido impacto nas famílias

Apesar desta alteração, mais eficiente em matéria de alocação de recursos humanos (vigilante), ter-se-á de manter o valor base do lote, no montante de 82,00€, por dia, atendendo à distância a percorrer, que duplicará.

#### **Lote 3 –Circuitos escolares para a Escola Básica Dr. Sanches de Brito – Mafra - II**

Neste lote, a única alteração introduzida tem a ver com o aumento de uma segunda volta no retorno da tarde, derivado ao acréscimo de alunos do "Sobreiro" que perfaz, à data, um total de 30, acrescidos dos alunos de "Caeiros" e "Achada, 16, perfazendo um total de 46.

A criação de uma segunda volta no retorno da tarde, na medida em que desembarca primeiro os mais numerosos (os do "Sobreiro"), facilita o serviço e aquelas famílias, acrescentando 10 minutos e 4 quilómetros ao circuito. Apesar deste acréscimo, propõe-se que se mantenha o valor base do lote, no montante de 103,00€, por dia, pois trata-se de uma viatura pesada, para lotação entre 47 a 57 alunos.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

**Divisão de Educação e Juventude**

### **Lote 4 - Circuitos escolares para o Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito – Mafra**

Neste lote interesse acautelar o reforço na lotação de viaturas, dado que, no presente ano letivo, já se verificou 1 aluno supranumerário, pelo fato de ter aumentado a população do pré-escolar do “Sobreiro”.

Assim, propõe-se que, em vez de duas viaturas ligeiras para transporte de 14 alunos no circuito de retorno de jardim de infância, às 15H30M, o mesmo seja feito por três viaturas ligeiras de 7 lugares, para transporte de 21 alunos, no mesmo circuito de retorno, uma vez que o número de alunos a transportar aumentou.

Neste caso, o valor base a concurso terá de ser superior, que se propõe no montante de 51,70€, por dia, aumentando proporcionalmente, relativamente ao que é praticado presentemente com duas viaturas (34,45€/dia).

### **Lotes 5 e 6 - Circuitos escolares para a Escola Básica das freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - I e II**

Para além dos circuitos de recolha e retorno, que se manterão, propõe-se o acréscimo de mais uma volta de retorno das crianças da educação pré-escolar, às 15H30M, em cada um dos lotes. Este retorno tem sido feito, nos anos anteriores, em lote independente, em três viaturas ligeiras de passageiros em quatro voltas, que se propõe eliminar. Atendendo ao número de alunos a transportar e à comodidade para os alunos das 15H30M, considera-se que será mais vantajoso que este retorno seja efetuado pelas mesmas viaturas que asseguram a recolha da manhã e o retorno das 17H30M (viaturas pesadas de passageiros).

Existe um total de 29 crianças da educação pré-escolar, para retornar a casa às 15H30M. Propõe-se que sejam distribuídas do seguinte modo: 8 crianças para a viatura do lote 5, no percurso Louriceira – Ramilo - Mata Pequena – Lexim - Arrifana-Boavista – Carapinheira; e as restantes 21 crianças, na viatura do Lote 6, a qual fará o seguinte percurso: Boco - Arroeiros – Carvalhal - Cheleiros – Mata Grande.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude**

Assim, o valor base destes dois lotes terá de subir ligeiramente, nos montantes de 102,60€ e 122,52€, por dia, respetivamente.

**Lote 7 - Circuitos escolares para a Escola Básica de São Miguel de Alcaíça**

Propõe-se a redução deste circuito para uma única volta de recolha e uma de retorno, uma vez que o número de alunos a transportar reduziu no último triénio, sendo 7 atualmente. Assim, reduzir-se-á, também, o número de quilómetros a percorrer e a duração do circuito, o que levará também à redução do valor base do lote, para o qual se propõe o valor de 20,50€, por dia (por oposição ao valor de 54,45€ atualmente praticado).

**Lote 8 - Circuitos escolares para a Escola Básica Artur Patrocínio – Azueira**

Neste lote não existem alterações a introduzir, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 82,45€, por dia. Foi considerado que os alunos provenientes da localidade de "Aboboreira", continuarão a ser transportados pela viatura alocada à União de Freguesias da Azueira e Sobral da Abelheira.

**Lote 9 - Circuitos escolares para a Escola Básica de São Miguel da Enxara do Bispo**

Neste lote apenas se subiu ligeiramente a lotação máxima da viatura para 30 alunos, ao invés do limite para 28 alunos, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 100,00 €, por dia.

**Lote 10 - Circuitos escolares para a Escola Básica de São Silvestre do Gradil e São Miguel da Enxara do Bispo**

Neste lote não existem alterações a introduzir, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 99,00 €, por dia.

**Lote 11 - Circuitos escolares para a Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - I**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

**Divisão de Educação e Juventude**

Neste lote não existem alterações a introduzir, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 127,70 €, por dia.

### **Lote 12 - Circuitos escolares para a Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - II**

Neste lote, a única alteração introduzida tem a ver com o aumento de uma segunda volta no retorno da tarde, decorrente do aumento global do número de alunos a transportar, acrescendo cerca de meio quilómetro ao percurso. Apesar deste acréscimo, propõe-se que se mantenha o valor base do lote, no montante de 123,60€.

### **Lote 13 - Circuitos escolares para a Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado- III**

Neste lote não existem alterações a introduzir, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 122,64 €, por dia.

### **Lote 14 - Circuitos escolares para o Jardim de Infância de São Miguel do Milharado**

Neste lote não existem alterações a introduzir, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 65,95 €, por dia.

### **Lote 15 - Circuitos escolares para a Escola Básica da Venda do Pinheiro -**

Neste lote, a única alteração introduzida tem a ver com o acréscimo de duas paragens, acrescendo cerca de 1,5 quilómetros ao percurso. Apesar deste acréscimo, que visa servir a população escolar das localidades do "Casão" e do "Bairro Alegre", propõe-se que se mantenha o valor base do lote, no montante de 129,84€, por dia.

### **Lote 16 - Circuitos escolares para a Escola Básica de Santo Estevão das Galés - I**

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude**

Neste lote não existem alterações a introduzir, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 100,00 €, por dia.

**Lote 17 - Circuitos escolares para a Escola Básica de Santo Estevão das Galés - II**

Neste lote não existem alterações a introduzir, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 95,50 €, por dia.

**Lote 18 - Circuitos escolares para a Escola Básica da Freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - I**

Neste lote não existem alterações a introduzir, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 112,00 €, por dia.

**Lote 19 - Circuitos escolares para a Escola Básica da Freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - II**

Neste lote não existem alterações a introduzir, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 109,00 €, por dia.

**Lote 20 - Circuitos escolares para a Escola Básica da Freguesia da Carvoeira – Fonte Boa da Brincosa**

Neste lote não existem alterações a introduzir, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 90,50 €, por dia.

**Lote 21 - Circuitos escolares para a Escola Básica da Ericeira**

Propõe-se que este circuito seja realizado por três viaturas ligeiras de 7 lugares, para transporte de 21 alunos, em dois circuitos de recolha e de retorno, o que se revelou, no último triénio, como uma solução vantajosa para a organização do serviço e das famílias.

Assim, propõe-se que se mantenha o valor base do lote, no montante de 69,09 €, por dia.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

**Divisão de Educação e Juventude**

### **Lote 22 - Circuitos escolares para a Escola Básica da Freguesia da Encarnação - I**

Neste lote não existem alterações a introduzir, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 88,50 €, por dia.

### **Lote 23 - Circuitos escolares para a Escola Básica da Freguesia da Encarnação - II**

Neste lote não existem alterações a introduzir, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 89,50 €, por dia.

### **Lote 24 - Circuitos escolares para a Escola Básica da Freguesia da Encarnação - III**

Neste lote não existem alterações a introduzir, pelo que se propõe que se mantenha o valor base de 84,50 €, por dia.

Não se acautelou lote destinado ao circuito escolar adequado para o transporte das crianças e alunos cujo encaminhamento pedagógico é a Escola Básica do Sobral da Abelheira, no pressuposto de que estes manter-se-ão a ser transportados pela viatura alocada à respetiva União de Freguesias.

Pelos fundamentos atrás invocados, propõe-se que os 24 lotes tenham as seguintes características em matéria de lotação, número de quilómetros a percorrer, tempo do percurso e preço base abaixo discriminados:

<b>LOTE</b>	<b>Designação do Lote</b>	<b>Lotação da Viatura</b>	<b>N.º de quilómetros total</b>	<b>Tempo do percurso</b>	<b>Preço Base</b>
1	Escola Básica Hélia Correia – Mafra	14 alunos, em 1 viatura ligeira de 7 lugares, em 2 circuitos com 2 voltas de recolha e de retorno	21,00	1H00M	42,00 €
2	Escola Básica Dr. Sanches de Brito – Mafra - I	14 alunos, em 1 viatura ligeira de 7 lugares, em 2 circuitos com 2 voltas de recolha e de retorno	41,68	1H05M	82,00 €

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude**

<b>LOTE</b>	<b>Designação do Lote</b>	<b>Lotação da Viatura</b>	<b>N.º de quilómetros total</b>	<b>Tempo do percurso</b>	<b>Preço Base</b>
3	Escola Básica e Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito - Mafra - II	<b>47 a 57</b> alunos, em 2 circuitos com 2 voltas de recolha e de retorno	23,19	1H40M	103,00 €
4	Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito - Mafra	<b>21</b> alunos, em 3 viaturas ligeiras de 7 lugares, no circuito de retorno	22,97	1H00M	51,70 €
5	Escola Básica e Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - I	<b>15 a 30</b> alunos, em 3 circuitos, com 1 volta de recolha e 2 voltas de retorno	51,69	2H00M	102,60 €
6	Escola Básica e Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - II	<b>15 a 30</b> alunos, em 3 circuitos, com 1 volta de recolha e 2 voltas de retorno	61,88	2H10M	122,52 €
7	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel de Alcaíça	<b>7</b> alunos, em 1 viatura ligeira de 7 lugares, em 2 circuitos de recolha e de retorno	9,47	0H40M	20,50 €
8	Escola Básica Artur Patrocínio - Azueira - I	<b>27 a 47</b> alunos, em 2 circuitos de recolha e de retorno	25,19	1H10M	82,45 €
9	Escola Básica de São Miguel - Enxara do Bispo	<b>15 a 30</b> alunos, em 2 circuitos e recolha e de retorno	36,30	1H35M	100,00 €
10	Escolas Básicas de São Silvestre do Gradil e de São Miguel da Enxara do Bispo	<b>22 a 40</b> alunos, em 2 circuitos com 2 voltas de recolha e de retorno	32,95	1H50M	99,00 €
11	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - I	<b>47 a 57</b> alunos, em 2 circuitos de recolha e de retorno	29,17	1H35M	127,70 €
12	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - II	<b>47 a 57</b> alunos, em 2 circuitos com 2 voltas de recolha e de retorno	22,19	1H40M	123,60 €
13	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - III	<b>27 a 47</b> alunos, em 2 circuitos de recolha e de retorno	31,25	1H30M	122,64 €
14	Jardim de Infância de São Miguel do Milharado	<b>27 a 47</b> alunos, em 1 circuito de retorno	26,59	1H15M	65,95 €
15	Escola Básica da Venda do Pinheiro	<b>47 a 57</b> alunos, em 2 circuitos de recolha e de retorno	35,62	1H30M	129,84 €
16	Escola Básica de Santo Estevão das Galés I	<b>27 a 47</b> alunos, em 2 circuitos de recolha e de retorno	33,85	1H05M	100,00 €
17	Escola Básica de Santo Estevão das Galés II	<b>27 a 47</b> alunos, em 2 circuitos de recolha e de retorno	17,89	0H50	95,50 €



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

#### Divisão de Educação e Juventude

LOTE	Designação do Lote	Lotação da Viatura	N.º de quilómetros total	Tempo do percurso	Preço Base
18	Escola Básica da Freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - I	27 a 47 alunos, em 2 circuitos de recolha e de retorno	39,53	1H50M	112,00 €
19	Escola Básica da Freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - II	27 a 47 alunos, em 2 circuitos com 2 voltas de recolha e 1 volta de retorno	39,82	1H45M	109,00 €
20	Escola Básica da Freguesia da Carvoeira – Fonte Boa da Brincosa	22 a 40 alunos, em 2 circuitos de recolha e de retorno	25,49	1H20M	90,50 €
21	Escola Básica da Ericeira	21 alunos, em 3 Viaturas ligeiras de 7 lugares, em 2 Circuitos de recolha e de retorno	35,22	1H30M	69,09 €
22	Escola Básica da Freguesia da Encarnação - I	37 a 51 alunos, em 2 circuitos de recolha e de retorno	26,56	1H15M	88,50 €
23	Escola Básica da Freguesia da Encarnação - II	37 a 51 alunos, em 2 circuitos de recolha e de retorno	36,97	1H10M	89,50 €
24	Escola Básica da Freguesia da Encarnação - III	37 a 51 alunos, em 2 circuitos de recolha e de retorno	20,96	1H05M	84,50 €

O custo estimado para o referido fornecimento, para o ano letivo 2018/2019 é de 378.609,39€, sendo 146.129,94€ para 2018 (setembro a dezembro), e 232.479,45€ para o ano de 2019 (janeiro a junho), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

LOTES	DESIGNAÇÃO	Preço base	Previsão encargos 2018/2019		previsão de encargos para 1 ano civil	Preço contratual para 3 anos
			2018 (setº a dezº - 66 dias)	2019 (Jan.º a Jun - 105 dias)		
1	Escola Básica Hélia Correia – Mafra	42,00 €	2 772,00 €	4 410,00 €	7 182,00 €	21 546,00 €
2	Escola Básica Dr. Sanches de Brito – Mafra - I	82,00 €	5 412,00 €	8 610,00 €	14 022,00 €	42 066,00 €
3	Escola Básica e Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito - Mafra - II	103,00 €	6 798,00 €	10 815,00 €	17 613,00 €	52 839,00 €
4	Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito - Mafra	51,70 €	3 412,20 €	5 428,50 €	8 840,70 €	26 522,10 €
5	Escola Básica e Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - I	102,60 €	6 771,60 €	10 773,00 €	17 544,60 €	52 633,80 €
6	Escola Básica e Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - II	122,52 €	8 086,32 €	12 864,60 €	20 950,92 €	62 852,76 €
7	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel de Alcainça	20,50 €	1 353,00 €	2 152,50 €	3 505,50 €	10 516,50 €

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude**

LOTES	DESIGNAÇÃO	Preço base	Previsão encargos 2018/2019		previsão de encargos para 1 ano civil	Preço contratual para 3 anos
			2018 (setº a dezº - 66 dias)	2019 (Jan.º a Jun - 105 dias)		
8	Escola Básica Artur Patrocínio – Azueira - I	82,45 €	5 441,70 €	8 657,25 €	14 098,95 €	42 296,85 €
9	Escola Básica de São Miguel - Enxara do Bispo	100,00 €	6 600,00 €	10 500,00 €	17 100,00 €	51 300,00 €
10	Escolas Básicas de São Silvestre do Gradil e de São Miguel da Enxara do Bispo	99,00 €	6 534,00 €	10 395,00 €	16 929,00 €	50 787,00 €
11	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - I	127,70 €	8 428,20 €	13 408,50 €	21 836,70 €	65 510,10 €
12	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - II	123,60 €	8 157,60 €	12 978,00 €	21 135,60 €	63 406,80 €
13	Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - III	122,64 €	8 094,24 €	12 877,20 €	20 971,44 €	62 914,32 €
14	Jardim de Infância de São Miguel do Milharado	65,95 €	4 352,70 €	6 924,75 €	11 277,45 €	33 832,35 €
15	Escola Básica da Venda do Pinheiro	129,84 €	8 569,44 €	13 633,20 €	22 202,64 €	66 607,92 €
16	Escola Básica de Santo Estevão das Galés I	100,00 €	6 600,00 €	10 500,00 €	17 100,00 €	51 300,00 €
17	Escola Básica de Santo Estevão das Galés II	95,50 €	6 303,00 €	10 027,50 €	16 330,50 €	48 991,50 €
18	Escola Básica da Freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - I	112,00 €	7 392,00 €	11 760,00 €	19 152,00 €	57 456,00 €
19	Escola Básica da Freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - II	109,00 €	7 194,00 €	11 445,00 €	18 639,00 €	55 917,00 €
20	Escola Básica da Freguesia da Carvoeira – Fonte Boa da Brincosa	90,50 €	5 973,00 €	9 502,50 €	15 475,50 €	46 426,50 €
21	Escola Básica da Ericeira	69,09 €	4 559,94 €	7 254,45 €	11 814,39 €	35 443,17 €
22	Escola Básica da Freguesia da Encarnação - I	88,50 €	5 841,00 €	9 292,50 €	15 133,50 €	45 400,50 €
23	Escola Básica da Freguesia da Encarnação - II	89,50 €	5 907,00 €	9 397,50 €	15 304,50 €	45 913,50 €
24	Escola Básica da Freguesia da Encarnação - III	84,50 €	5 577,00 €	8 872,50 €	14 449,50 €	43 348,50 €
<b>TOTAIS</b>		<b>2 214,09 €</b>	<b>146 129,94 €</b>	<b>232 479,45 €</b>	<b>378 609,39 €</b>	<b>1 135 828,17 €</b>

Propõe-se que o critério de adjudicação seja o da proposta economicamente mais vantajosa.

Tratando-se de despesa plurianual, informa-se que foi previamente obtida a respetiva aprovação pelo órgão deliberativo.

Assim, coloca-se à consideração superior a abertura de procedimento, através de concurso público para aquisição de serviços no âmbito dos Transportes Escolares, para os alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Mafra, Malveira, Venda do Pinheiro e Ericeira, para o ano letivo de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**


**Divisão de Educação e Juventude**

2018/2019, com possibilidade de renovação para os anos letivos de 2019/2020 e 2020/2021.

Deixa-se para decisão superior:

- A) A composição do respetivo júri do concurso;
- B) A informação acerca da identificação do gestor do contrato.

À Consideração Superior,

X 

---

Margarida Infante  
Chefe da Divisão de Educação e Juventude  
Assinado por: ANA MARGARIDA MARTINS INFANTE





13

026

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo, Proposto que seja  
reunida a reunião do  
Órgão Executivo.

2018/04/16

O Vereador,

concordo com a presente  
recomendação.

11/04/2018

O Diretora de Departamento, *maafra*.

concordo com a informação  
serviço.  
submeto à consideração  
11/04/2018 superior

A Chefe de Divisão

*Diret***DESPACHO**

A Reunião

16/04/18

O Presidente da Câmara,

*[Signature]*  
(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2018/5854**

**ASSUNTO: Aquisição a favor do Município de Mafra, por ocupação, de veículos abandonados na via pública**

Considerando que o procedimento subjacente à remoção de veículos que se encontram estacionados indevidamente ou abusivamente e/ou em estado de abandono, tem por base legal o disposto no Código da Estrada, designadamente, o previsto nos artigos 163.º a 168.º.

Considerando o teor das informações do serviço da Polícia Municipal, que se anexam, onde é mencionado que as viaturas, Honda Civic, Peugeot 308 e MG zs, com as matrículas, respetivamente, 05-GG-68, 11-JX-99 e 04-16-ZC, foram identificadas em estacionamento abusivo há mais de 30 dias e após cumpridos todos os procedimentos legais, foram removidas da via pública.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Administração Geral e Finanças**

**Divisão de Gestão Financeira e Património**

Considerando a confirmação de que as viaturas se encontram em condições de utilização e que sobre as mesmas não existem quaisquer encargos, nos termos, conjugados, do n.º 4, do artigo 165.º do Decreto-Lei n.º 114/94 de 3/5, na sua atual redação, que aprovou o Código da Estrada, com os artigos 1316.º e 1318.º do Código Civil e artigo 33.º, n.º1, alíneas cc), dd) e rr) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12/09, propõe-se, que a Câmara delibere a aquisição, por ocupação, a favor do Município de Mafra das referidas viaturas de forma a integrarem a frota municipal.

Mafra, 11 de abril de 2018

A Dirigente da Unidade de Gestão do Património

(Carla Filipe)



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Divisão de Segurança e Proteção Civil**  
**Serviço de Polícia Municipal**

**INFORMAÇÃO**

**ASSUNTO:** Aquisição de viatura por abandono na via pública

Viatura marca Honda, modelo Civic, matrícula 05-GG-68.

I

O Serviço de Polícia Municipal, em 10 de Setembro de 2014, informa que a viatura se encontra em estacionamento abusivo na via pública há mais de 30 dias.

II

Por despacho da Coordenadora do Serviço de Polícia Municipal, a viatura é removida da via pública em 11 de Setembro de 2014.

III

Após procedimentos de notificação à proprietária, em 26 de Novembro de 2014 termina o prazo de 45 dias sem que a viatura fosse reclamada.

IV

Existindo sobre a viatura uma reserva de propriedade e uma penhora, são informadas a Entidade Credora e Tribunal da remoção da mesma.

V

Em 17 de Dezembro de 2014, vem o Tribunal informar da nomeação da Agente de Execução.

VI

Após várias diligências com a Entidade Credora e Agente de Execução, em 02 de Junho de 2017, é efetuado nova pesquisa quanto aos encargos associados e verifica-se que apenas subsiste uma penhora sobre a mesma.

VII

Em 04 de Junho de 2017, é notificada a Agente de Execução, para proceder ao levantamento da viatura.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Divisão de Segurança e Proteção Civil**  
**Serviço de Polícia Municipal**

VIII

Vêm a Agente de Execução, em 02 de Outubro de 2017, informar que não mantém interesse no levantamento da viatura e que irá submeter o pedido de cancelamento da penhora.

IX

Em 04 de Dezembro de 2017, é remetido pela Agente de Execução a esta Autarquia comprovativo de cancelamento da penhora.

X

Por não existirem encargos sobre a viatura e terem sido cumpridos todos os procedimentos legais, se propõe que seja a mesma, conforme mencionado no nº 4 do art.º 165º do **Código da Estrada**, aprovado pelo DL n.º 114/1994, de 3 de maio, alterado pelos DL's n.ºs 214/96, de 20 de novembro, 2/98, de 3 de janeiro, que o republicou, 162/2001, de 22 de maio (Alterado pelo DL n.º 178-A/2001, de 12 de junho), 265-A/2001, de 28 de setembro, que o republicou, pelas Leis n.ºs 1/2002, de 2 de janeiro e 20/2002, de 21 de agosto, pelos DL's n.ºs 44/2005, de 23 de fevereiro, que o republicou, 113/2008, de 1 de julho e 113/2009, de 18 de maio, pelas Leis n.ºs 78/2009, de 13 de agosto e 46/2010, de 7 de setembro, pelos DL's n.ºs 82/2011, de 20 de junho, 138/2012, de 5 de julho, pela Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro, que novamente o republicou e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2013, de 1NOV, adquirida por ocupação pela Autarquia.

15 de Fevereiro de 2018

A Coordenado do Serviço de Polícia Municipal

Sónia Pereira

1º Sarg/GNR



028

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Divisão de Segurança e Proteção Civil**  
**Serviço de Polícia Municipal**

**INFORMAÇÃO**

**ASSUNTO:** Aquisição de viatura por abandono na via pública

Viatura marca Peugeot, modelo 308, matrícula 11-JX-99.

I

O Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Malveira, em 17 de Março de 2017, informa que a viatura se encontra em estacionamento abusivo na via pública há mais de 30 dias.

II

Confirmado pelo Serviço de Polícia Municipal do mencionado através de várias passagens no local e elaboração de informação em 02 de Julho de 2017.

III

Por despacho da Coordenadora do Serviço de Polícia Municipal, a viatura é removida da via pública em 05 de Julho de 2017.

IV

Em 11 de Julho de 2017, é afixado edital de notificação ao proprietário da viatura, uma vez a mesma se encontra com a matrícula cancelada e não é possível aceder aos dados de identificação pessoal.

V

Em 11 de Agosto de 2017, termina o prazo de 30 dias sem que a viatura fosse reclamada pelo seu proprietário.

VI

Por não existirem encargos sobre a viatura e terem sido cumpridos todos os procedimentos legais, se propõe que seja a mesma, conforme mencionado no nº 4 do art.º 165º do **Código da Estrada**, aprovado pelo DL n.º 114/1994, de 3 de maio, alterado pelos DL's n.ºs 214/96, de 20 de novembro, 2/98, de 3 de janeiro, que o republicou, 162/2001, de 22 de maio (Alterado pelo DL n.º 178-A/2001, de 12 de junho), 265-A/2001, de 28 de setembro, que o republicou, pelas Leis n.ºs 1/2002, de 2 de janeiro e 20/2002, de 21 de agosto, pelos DL's n.ºs 44/2005, de 23 de fevereiro, que o republicou, 113/2008, de 1 de julho e 113/2009, de 18 de maio, pelas Leis n.ºs 78/2009, de 13 de agosto e 46/2010, de 7 de setembro, pelos DL's n.ºs 82/2011, de 20 de junho, 138/2012, de 5 de julho, pela Lei n.º



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Divisão de Segurança e Proteção Civil**  
**Serviço de Polícia Municipal**

72/2013, de 3 de setembro, que novamente o republicou e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2013, de 1NOV, adquirida por ocupação pela Autarquia.

15 de Fevereiro de 2018

A Coordenado do Serviço de Polícia Municipal

Sónia Pereira

1º Sarg/GNR



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Divisão de Segurança e Proteção Civil**  
**Serviço de Polícia Municipal**

**INFORMAÇÃO**

**ASSUNTO:** Aquisição de viatura por abandono na via pública

Viatura marca MG, modelo ZS, matrícula 04-16-ZC.

**I**

O Serviço de Polícia Municipal, em 06 de Julho de 2014, informa que a viatura se encontra em estacionamento abusivo na via pública há mais de 30 dias.

**II**

Por despacho da Coordenadora do Serviço de Polícia Municipal, a viatura é removida da via pública em 10 de Julho de 2014.

**III**

Após procedimentos de notificação ao proprietário, em 19 de Setembro de 2014 termina o prazo de 45 dias sem que a viatura fosse reclamada.

**IV**

Existindo sobre a viatura uma reserva de propriedade, foi notificada a Entidade Credora em 10 de Fevereiro de 2015, para que no prazo de 45 dias efetuassem o levantamento da viatura.

**V**

Em 26 de Fevereiro de 2015, vem a Entidade Credora, remeter a esta Autarquia documentação referente à extinção da reserva de propriedade.

**VI**

Por não existirem encargos sobre a viatura e terem sido cumpridos todos os procedimentos legais, se propõe que seja a mesma, conforme mencionado no n.º 4 do art.º 165º do **Código da Estrada**, aprovado pelo DL n.º 114/1994, de 3 de maio, alterado pelos DL's n.ºs 214/96, de 20 de novembro, 2/98, de 3 de janeiro, que o republicou, 162/2001, de 22 de maio (Alterado pelo DL n.º 178-A/2001, de 12 de junho), 265-A/2001, de 28 de setembro, que o republicou, pelas Leis n.ºs 1/2002, de 2 de janeiro e 20/2002, de 21 de agosto, pelos DL's n.ºs 44/2005, de 23 de fevereiro, que o republicou, 113/2008, de 1 de julho e 113/2009, de 18 de maio, pelas Leis n.ºs 78/2009, de 13 de agosto e 46/2010, de 7 de setembro, pelos DL's n.ºs 82/2011, de 20 de junho, 138/2012, de 5 de julho, pela Lei n.º



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Divisão de Segurança e Proteção Civil**  
**Serviço de Polícia Municipal**

72/2013, de 3 de setembro, que novamente o republicou e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2013, de 1NOV, adquirida por ocupação pela Autarquia.

15 de Fevereiro de 2018

A Coordenado do Serviço de Polícia Municipal

Sónia Pereira

1º Sarg/GNR





21.

030

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Turismo, Cultura e Desporto****PARECER**

Concordo com a proposta.  
Submeta-se à Consideração do  
Exmo. Sr. Presidente

16./04./2018

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o  
assunto seja objecto de  
deliberações pelo órgão  
executivo.

11./04./2018

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a proposta de alteração ao  
Regulamento do Prémio Internacional de  
Composição. Para despacho superior.

11./04./2018

O(A) Chefe de Divisão

**DESPACHO**

Renúncia,

16./04./18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2018/5253**

**ASSUNTO:** Regulamento do Prémio Internacional de Composição - Proposta de alteração 2018

Na continuação da realização do Prémio Internacional de Composição, em 2019, é necessária a alteração de algumas normas do Regulamento, de forma a clarificar e ajustar, nomeadamente nas características das obras a concorrer, nos termos de candidatura e na apresentação dos resultados aos vencedores.

Propõe-se deste modo, as seguintes alterações, que se passam a enunciar:

No **Artigo 4.º** do Regulamento no ponto 2. onde se lê:

"Fazer uso das características próprias dos referidos órgãos - de acordo com o dossier anexo a este Regulamento, que constitui sua parte integrante -, não exigindo efeitos que ali não sejam possíveis de obter, caso em que serão automaticamente desclassificadas;"



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

Deverá ler-se:

"Fazer uso das características próprias dos referidos órgãos - disposição, registação, temperamento, etc., de acordo com o dossier anexo a este Regulamento, que constitui sua parte integrante -, não exigindo efeitos que ali não sejam possíveis de obter, caso em que serão automaticamente desclassificadas;"

No **Artigo 4.º** do Regulamento no ponto 4. onde se lê:

"Ser escritas de forma a não necessitar de assistentes de registação. Todas as mudanças de registação devem prever a margem de tempo adequada para serem efetuadas pelo organista;"

Deverá ler-se:

"Ser escritas de forma a não necessitar de assistentes de registação. Todas as mudanças de registação devem prever a margem de tempo adequada para serem efetuadas pelo organista. A mecânica de registação e a distância dos manípulos ao teclado não permite mudanças rápidas de registação;"

No **Artigo 7.º** do Regulamento na alínea a) onde se lê:

"A partitura da obra deverá ser apresentada em quatro cópias em papel - escritas em *Finale* ou *Sibelius*, não se aceitando outros programas, ou manuscritos -, juntamente com quatro CD's que contenham o ficheiro da partitura em formato PDF;"

Deverá ler-se:

"A partitura da obra deverá ser apresentada em quatro cópias em papel - produzidas com o programa *Finale* ou *Sibelius*, não se aceitando manuscritos ou partituras produzidas noutros programas -, juntamente com quatro CD's que contenham o ficheiro da partitura em formato PDF;"

No **Artigo 7.º** do Regulamento acrescentar:

Alínea h) onde se deverá ler "h) As partituras impressas deverão ter uma dimensão suficiente para uma leitura fácil".



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

No **Artigo 11.º** do Regulamento no ponto 2. onde se lê:

“As entidades organizadoras apenas contactarão diretamente os vencedores e os distinguidos com menções honrosas. Estes, com vista à execução das obras na cerimónia de entrega dos prémios, deverão, no prazo de trinta dias, fornecer as partes separadas para os seis órgãos. Para além de conterem indicações de registação passíveis de ser executadas pelos organistas sem necessidade de assistentes, as partes deverão conter o máximo de informação para facilitar a execução - marcas de ensaio, apontamentos durante os compassos e pausa, etc. - e permitir a viragem de páginas pelo próprio intérprete;”

Deverá ler-se:

“As entidades organizadoras apenas contactarão diretamente os vencedores e os distinguidos com menções honrosas. Estes, com vista à execução das obras na cerimónia de entrega dos prémios, deverão, no prazo de trinta dias, fornecer as partes separadas para os seis órgãos. Para além de conterem indicações de registação passíveis de ser executadas pelos organistas sem necessidade de assistentes, as partes deverão conter o máximo de informação para facilitar a execução - marcas de ensaio, apontamentos durante os compassos e pausa, etc. - e permitir a viragem de páginas pelo próprio intérprete. Os vencedores deverão acatar eventuais sugestões dadas pela organização do concurso, no que se refere à elaboração das partes;”

No **Artigo 11.º** do Regulamento no ponto 3. onde se lê:

“No caso da obra necessitar de *click-track*, este deverá ser fornecido pelo respetivo compositor, em conjunto com as partes separadas;”

Deverá ler-se:

“No caso da obra necessitar de *click-track*, (quer por decisão do compositor, quer por constatação por parte do júri), este deverá ser fornecido pelo respetivo compositor, em conjunto com as partes separadas;”

Considera-se que estas propostas de alterações ao Regulamento do Prémio Internacional de Composição – Órgãos do Palácio Nacional de Mafra são adequadas para a realização do prémio.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

**Divisão de Turismo, Cultura e Desporto**

Neste enquadramento, propõe-se a alteração, nos termos supra mencionados, o Regulamento do Prémio Internacional de Composição – Órgãos do Palácio Nacional de Mafra, pelo Município de Mafra, conforme projeto que anexo.

Mafra 10 de Abril de 2018

*Maria do Carmo Almeida*

Maria do Carmo Almeida

Dirigente da Unidade de Cultura





Prémio Internacional de Composição  
ÓRGÃOS DO PALÁCIO NACIONAL DE MAFRA  
2017

REGULAMENTO



REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
CULTURA





## REGULAMENTO

### "PRÉMIO INTERNACIONAL DE COMPOSIÇÃO ÓRGÃOS DO PALÁCIO NACIONAL DE MAFRA"

#### Preâmbulo

#### Considerando:

- a) A tarefa fundamental do Estado, de "proteger e valorizar o património cultural do povo português", nos termos da alínea e) do n.º 9 da Constituição da República Portuguesa, cabendo ao Ministério da Cultura a responsabilidade de dirigir a política cultural do Estado;
- b) A competência da Câmara Municipal de Mafra para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, bem como assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, a classificação, a administração, a manutenção, a recuperação e a divulgação do património cultural do município, e apoiar atividades de natureza cultural e educativa de interesse para o Município de Mafra, nos termos das alíneas r), t) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, respetivamente;
- c) Que, da autoria dos dois mais importantes organeiros portugueses do seu tempo - António Xavier Machado e Cerveira e Joaquim António Peres Fontanes -, os seis órgãos da Basílica do Palácio Nacional de Mafra constituem um conjunto único no mundo, não pelo seu número, já de si notável, mas pelo fato de terem sido construídos ao mesmo tempo e concebidos originalmente para tocar em conjunto, fazendo parte da coleção de manuscritos da Biblioteca do monumento um importante núcleo de partituras de músicos portugueses, como João de Souza Carvalho, Marcos Portugal ou João José Baldi, que foram expressamente escritas para estes instrumentos;
- d) Que, na sequência do restauro global iniciado em 1998 e terminado em 2010, este conjunto tem vindo a cativar, de forma crescente, o interesse do público nacional e

internacional, pelo que se pretende assegurar a criação de novo repertório que permita, mais do que garantir a continuidade do ciclo de concertos que já constitui uma referência dos principais circuitos musicais, gerar uma dinâmica de promoção e valorização deste património único;

e) O Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Cultura e o Município de Mafra, através do qual os signatários instituem o "Prémio Internacional de Composição Órgãos do Palácio Nacional de Mafra", que visa distinguir o mérito dos compositores que apresentem peças especificamente destinadas ao referido conjunto instrumental da Basílica do Palácio Nacional de Mafra, fazendo uso exclusivo das suas características próprias;

f) Que, nos termos da Cláusula Terceira do Protocolo de Colaboração referido na alínea anterior, se encontra estabelecido que "As condições de realização do Prémio, nomeadamente em matéria de categorias a concurso, definição de quantias pecuniárias a atribuir aos vencedores, designação e competências do júri, constituição do secretariado, formas e prazos de candidatura e divulgação dos resultados, serão definidas em Regulamento a elaborar e aprovar conjuntamente pelos Signatários",

O MINISTÉRIO DA CULTURA e o MUNICÍPIO DE MAFRA aprovam o seguinte REGULAMENTO DO "PRÉMIO INTERNACIONAL DE COMPOSIÇÃO ÓRGÃOS DO PALÁCIO NACIONAL DE MAFRA":

#### Artigo 1.º

##### (Âmbito e Objeto de Aplicação)

O presente Regulamento define as condições de atribuição do "Prémio Internacional de Composição Órgãos do Palácio Nacional de Mafra", doravante designado por "Prémio", organizado pelo Ministério da Cultura e pelo Município de Mafra, adiante denominados "Entidades organizadoras".

#### Artigo 2.º (Periodicidade)



O Prémio tem periodicidade bienal, iniciando-se em 2015, sendo publicitado até ao mês de agosto do ano anterior ao da sua realização, designadamente, através dos órgãos de comunicação social de âmbito nacional e internacional.

### Artigo 3.º

#### (Condições de Participação)

1. Podem concorrer ao Prémio os compositores de qualquer nacionalidade e idade que desejem apresentar uma ou mais peças inéditas, especificamente destinadas ao conjunto instrumental dos seis órgãos da Basílica de Mafra.
2. Ficam impedidos de concorrer a uma determinada categoria, os compositores que tenham sido premiados nessa mesma categoria, numa das duas edições imediatamente anteriores do Prémio.

### Artigo 4.º

#### (Características das Composições)

As obras a concurso deverão:

1. Ser inéditas. Entende-se por peça inédita a peça que nunca foi tocada em público, gravada, publicada em partitura ou que nunca ganhou qualquer outro prémio até à data de término da apresentação das candidaturas ao Prémio objeto do presente Regulamento.
2. Fazer uso das características próprias dos referidos órgãos – **disposição, registação, temperamento, etc.**, de acordo com o dossier anexo a este Regulamento, que constitui sua parte integrante -, não exigindo efeitos que ali não sejam possíveis de obter, caso em que serão automaticamente desclassificadas;
3. Ser escritas de forma a não necessitar de maestro. Considerando que a colocação dos órgãos na Basílica não permite que os executantes se vejam uns aos outros e que a distância entre os instrumentos varia entre dez e trinta metros, dificultando o controlo por audição direta, o compositor poderá recorrer quer ao sistema de vídeo instalado em permanência (com um monitor junto à consola de cada órgão e uma câmara), que permite que um dos organistas possa assumir a direção, quer a outros meios de sincronização (metrónomo sincronizado, click-track, etc.);



4. Ser escritas de forma a não necessitar de assistentes de registo. Todas as mudanças de registo devem prever a margem de tempo adequada para serem efetuadas pelo organista. *A mecânica de registo e a distância dos manípulos ao teclado não permite mudanças rápidas de registo.*

#### Artigo 5.º

##### (Categorias)

O Prémio é dividido em duas categorias:

1. Categoria A - Composição de uma obra original para seis órgãos com uma duração entre oito e quinze minutos;
2. Categoria B - Transcrição para seis órgãos de uma obra com a duração entre oito e quinze minutos. Nesta categoria, a obra é escolhida pelo candidato, podendo ser de qualquer época e estilo, desde que não esteja abrangida por direitos de autor, ou seja, deverão ser escolhidas obrigatoriamente obras já integradas no domínio público.

#### Artigo 6.º

##### (Prémios)

1. Por categoria, serão atribuídos os seguintes prémios ao respetivo vencedor:
  - a) Um valor monetário de €10.000,00 (dez mil euros) para a categoria A e de €5.000,00 (cinco mil euros) para a categoria B;
  - b) A publicação da partitura da obra vencedora;
  - c) A estreia absoluta da obra vencedora;
  - d) Um diploma comprovativo assinado por todos os membros do júri.
2. Os prémios, em ambas as categorias, são indivisíveis, pelo que não podem existir vencedores ex-aequo;
3. A publicação das partituras vencedoras será realizada em parceria entre as entidades organizadoras e uma editora, em condições a acordar com os laureados.

## Artigo 7.º

### (Termos da Candidatura)

Os candidatos podem apresentar mais do que uma peça a concurso, assegurando-se que cada uma segue numa embalagem postal diferente e é identificada individualmente, cumprindo as seguintes instruções:

- a) A partitura da obra deverá ser apresentada em quatro cópias em papel - ~~escritas produzidas com o programa em~~ Finale ou Sibelius, não se aceitando ~~outros programas,~~ ~~ou~~ manuscritos ~~ou partituras produzidas noutros programas~~ -, juntamente com quatro CD's que contenham o ficheiro da partitura em formato PDF;
- b) Cada uma das cópias em papel e CD's deverá ter inscrito, na capa, e como única identificação, apenas o título da obra e um mote, regra que se estende também aos ficheiros PDF atrás descritos;
- c) O mote deverá ser uma cifra combinada de oito dígitos e letras em qualquer combinação, v.g. 2079VG36 ou 3K356J21.
- d) Se o candidato enviar mais do que uma peça deverá assegurar-se que são identificadas por motes diferentes;
- e) No caso da Categoria B, o nome do autor da obra original deve constar juntamente com o mote do concorrente;
- f) As quatro cópias em papel da partitura e os quatro CD's deverão ser colocados num envelope postal único, juntamente com um sobrescrito fechado, colado e, ou lacrado, que contenha: a identificação (nome, data de nascimento, nacionalidade, fotocópia do Bilhete de Identidade/ Cartão do Cidadão ou Passaporte); os contactos do autor (telefone, morada postal e e-mail, se este existir); uma declaração assinada pelo(a) compositor(a), confirmando que a peça respeita todas as condições exigidas pelo presente Regulamento; uma declaração para cedência dos direitos de autor sobre a obra laureada, no caso de se vencedor(a), quer para a estreia desta, quer para quaisquer ações de divulgação efetuadas durante a vigência do Prémio; um CD (identificado também e apenas pelo mote escolhido na capa), que contenha em formato digital uma biografia concisa atualizada, notas de programa sobre a obra e uma fotografia recente de boa qualidade. Nenhum destes itens



poderá fazer parte da partitura apresentada;

g) Em nenhum local da encomenda ou documentação visível, quer para o Júri, quer para o Secretariado do Prémio, poderá constar outro elemento de identificação que não o mote escolhido. Tanto o envelope interior fechado como a embalagem postal, no local destinado à identificação do remetente, deverão ser unicamente identificados por esse mote. Todos os documentos postais enviados (notas de entrega ou registo) deverão, igualmente, conter apenas esse mote como identificação única do remetente, sob pena de exclusão imediata. O Secretariado do Prémio entregará ao Júri apenas as partituras, mantendo em seu poder os sobrescritos, dos quais serão apenas abertos os correspondentes aos laureados.

h) As partituras impressas deverão ter uma dimensão suficiente para uma leitura fácil.

#### Artigo 8.º

##### (Prazos da Candidatura)

As candidaturas deverão ser apresentadas até nove meses após publicação do prémio, através de envio, por via postal registada, para a seguinte morada:

Secretariado do "Prémio Internacional de Composição Órgãos do Palácio Nacional de Mafra" Praça do Município, 2644-001 Mafra; geral@cm-mafra.pt

#### Artigo 9.º

##### (Constituição do Júri e Apuramento)

1. Para efeitos da atribuição do Prémio, é constituído um Júri composto por quatro personalidades de reconhecido mérito internacional, um dos quais designado Presidente que, para além de conduzir os trabalhos, terá voto de qualidade em caso de empate;
2. Os membros referidos no número anterior são designados por ambas as entidades organizadoras;
3. Estão impedidos de pertencer ao Júri os intervenientes, diretos ou indiretos, nas obras a concurso;
4. As deliberações do Júri são tomadas por unanimidade ou maioria.
5. Tomada a decisão, o Júri elabora uma ata final com a classificação;
6. O júri reserva-se no direito de:

- a) Se a qualidade das obras a concurso assim o justificar, atribuir menções honrosas, independentemente dos prémios;
- b) Se a qualidade das obras a concurso for considerada insuficiente, não atribuir qualquer um dos prémios.

7. Das decisões do Júri, não há lugar a recurso.

#### Artigo 10.º

(Secretariado)

Para apoio administrativo, é constituído um Secretariado, assegurado pelo Município de Mafra.

#### Artigo 11.º

(Resultados)

1. As deliberações do Júri sobre os resultados do Prémio objeto do presente Regulamento serão tomadas até sessenta dias após apresentação das candidaturas.
2. As entidades organizadoras apenas contactarão diretamente os vencedores e os distinguidos com menções honrosas. Estes, com vista à execução das obras na cerimónia de entrega dos prémios, deverão, no prazo de trinta dias, fornecer as partes separadas para os seis órgãos. Para além de conterem indicações de registação passíveis de ser executadas pelos organistas sem necessidade de assistentes, as partes deverão conter o máximo de informação para facilitar a execução - marcas de ensaio, apontamentos durante os compassos e pausa, etc. - e permitir a viragem de páginas pelo próprio intérprete. Os vencedores deverão acatar eventuais sugestões dadas pela organização do concurso, no que se refere à elaboração das partes.
3. No caso da obra necessitar de click-track (quer por decisão do compositor, quer por constatação por parte do júri), este deverá ser fornecido pelo respetivo compositor, em conjunto com as partes separadas.

## Artigo 12.º

### (Atribuição do Prémio)

1. O Prémio será entregue, sempre que possível, em sessão solene, seguida de concerto, no qual se estrearão as obras distinguidas com prémios e menções honrosas, promovido pelas entidades organizadoras por ocasião do Dia do Município, na Quinta-feira da Ascensão do ano da sua realização.
2. As entidades organizadoras reservam-se no direito de autorizar que o concerto seja eventualmente gravado e, ou transmitido em direto ou em diferido por canais televisivos nacionais e, ou estrangeiros, bem como a promover outros concertos de divulgação, sem que os compositores laureados tenham direito a qualquer contrapartida financeira para o efeito.
3. As futuras execuções e gravações comerciais, quer das obras vencedoras, quer das obras agraciadas com menções honrosas, deverão incluir nas notas de programa de concertos e livretes de CD e, ou DVD, a menção "Prémio Internacional de Composição Órgãos do Palácio Nacional de Mafra" ou "Menção Honrosa do Prémio Internacional de Composição Órgãos do Palácio Nacional de Mafra", seguida do respetivo ano, e a referência "Prémio financiado pela Secretaria de Estado da Cultura e pelo Município de Mafra".

## Artigo 13.º

### (Casos Omissos)

Os casos omissos e as dúvidas de interpretação são resolvidos pelas entidades organizadoras.

## Artigo 14.º

### (Entrada em Vigor)

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicitação.







22  
037

## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

### PARECER

Concordo com o proposto.  
Submetta-se à consideração do  
Exmo. Sr. Presidente

16./04./2018

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que  
o assunto seja objecto  
de deliberação pelo órgão  
executivo.

13./04./2018

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a informação.  
O projeto é uma mais-valia na  
ocupação dos tempos livres dos  
jovens do concelho de  
Mafra, no Verão.

O(A) Chefe de Divisão

### DESPACHO

A reunir.

16./04./18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

### INFORMAÇÃO Interno/2018/5681

**ASSUNTO:** Geração ON 2018 — Proposta de calendarização e retribuição financeira

O projeto "Geração ON" visa possibilitar aos jovens a oportunidade de ocuparem os seus tempos livres, na interrupção letiva do verão, através da realização de diversas atividades e tarefas nos serviços ou projetos municipais, bem como noutras entidades de acolhimento, com o objetivo de adquirirem novos conhecimentos ou desenvolverem competências pessoais, em contacto com o mundo laboral.

Nestes termos, dando continuidade a este projeto da área da juventude, propõe-se a realização de uma 5.ª edição, entre 2 de julho e 9 de setembro de 2018, para os jovens dos 16 aos 25 anos, residentes no Concelho de Mafra.

Para o efeito, estruturou-se o projeto em onze turnos, conforme as vertentes socio-educativas e a disponibilidade das entidades/serviços de acolhimento, nos termos do quadro seguinte:



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

Turno	Período	N.º dias	Vertente
A	De 2 a 20 de julho	15	<b>Geração ON</b> Freguesias <b>Geração ON</b> Social <b>Geração ON</b> Operacional e Técnico-Administrativa (Serviços Municipais)
B	De 23 de julho a 10 de agosto	15	
C	De 13 a 31 de agosto	15	
D	Entre 2 e 29 de julho	20	<b>Geração ON</b> Património & Turismo <b>Geração ON</b> Proteção Civil e Bombeiros Voluntários <b>Geração ON</b> Serviços Operacionais (Piscina Exterior do Parque Desportivo Municipal de Mafra) <b>Geração ON</b> Educação -Monitores – Atividades de Interrupção Letiva
E	Entre 30 de julho e 19 de agosto	15	
E1	De 30 de julho a 19 de agosto	14	
F	Entre 20 de agosto e 9 de setembro	15	
G	De 2 a 31 de julho	22	<b>Geração ON</b> Educadores - Creche Municipal
H	De 2 a 13 de julho	10	<b>Geração ON</b> Monitores Juventude - Férias (Cri) Ativas
I	De 16 de julho a 3 de agosto	15	
J	Entre 2 a 20 de julho	15	<b>Geração ON</b> Património, Turismo & Eventos - Festival do Pão

Os turnos, consoante as especificidades das entidades/serviços que tenham de acolhimento e do tipo de tarefa a desempenhar e considerando, ainda, que podem ocorrer aos fins-de-semana, propõe-se uma ocupação de 4 horas diárias; de 6 horas diárias ou de 7 horas diárias, num total aproximado de 21.973 horas.

As tarefas poderão realizar-se nos seguintes domínios, conforme disponibilidade manifestada pelos serviços e entidades de acolhimento:

- Técnica, administrativa, informática e operacional;
- Cultural, social, desportiva, ambiental e lúdico-recreativa;



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico****Divisão de Educação e Juventude**

A seleção dos candidatos realizar-se-á mediante análise e aplicação dos seguintes fatores/critérios de seleção:

1. Ordem de receção da candidatura completa (apurado através da data de receção);
2. Candidatura pela primeira vez ao projeto (será dada prioridade aos jovens que se candidataram em edições anteriores e não foram selecionados);
3. Detenção de requisitos preferenciais e perfis indicados pelas entidades e serviços de acolhimento;
4. Faixa etária (será dada prioridade aos mais jovens);
5. Número de turnos a que se candidata;
6. Motivação e interesse do jovem pela vertente a que se candidata (apreciado em contexto de entrevista).

Numa perspetiva de inclusão social, propõe-se que sejam integrados, em cada turno, até três jovens, decorrente de pedido formulado pelos serviços municipais competentes na área do acompanhamento/intervenção social ou por entidades sociais parceiras.

Face ao exposto, propõe-se nos termos da alínea u) do artigo 33.º do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a Câmara Municipal aprove a calendarização proposta, assim como uma retribuição de 2,00€ (dois euros) por cada hora desempenhada, estimando-se um encargo global de 43.946,00€ (quarenta e três mil, novecentos e quarenta e seis euros).

À Consideração Superior.

Mafra, 9 de abril de 2018

A Técnica Superior

(Isabel Ramalhete)





3.2

039

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente****Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística****PARECER**

Concordo com a proposta apresentada.

A consideração superior

16./04./2018

O Diretor de Departamento,

CONCORDO COM A INFORMAÇÃO PRESTADA.

Proponho que se submeta o assunto  
A CONSIDERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.

16./04./2018

O Chefe de Divisão,

...../...../.....

A Dirigente de Unidade

**DESPACHO**

17/04/18

O Presidente da Câmara,

  
(Helder Sousa Silva)**INFORMAÇÃO Interno/2018/6127**

**ASSUNTO:** Proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da  
Área de Reabilitação Urbana da Ericeira – Submissão a discussão  
pública e envio para parecer do IHRU

1. Por deliberação da Assembleia Municipal de Mafra, de 10 de setembro de 2015, publicada no Diário da República, 2.ª série, através do Aviso n.º 11676/2015, de 13 de Outubro, foi aprovada, ao abrigo do **Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, e alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a delimitação da **Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Ericeira**, a qual foi devidamente comunicada ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP (IHRU).



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

2. Considerando que, de acordo com o RJRU, à ARU da Ericeira deve corresponder o desenvolvimento de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU), simples ou sistemática, através nomeadamente de instrumento próprio, **cuja aprovação é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do n.º1 do artº17 do RJRU**, e que a ORU sistemática consiste numa intervenção integrada de reabilitação urbana de uma ARU, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público, devidamente enquadrada num programa estratégico de reabilitação urbana e coordenada e gerida por uma entidade gestora (artigos 7.º, 8.º e 9.º do RJRU);
3. Em prossecução do RJRU, a Área de Regeneração Urbana da Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território, da Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, e ao abrigo do artigo 8.º do RJRU, elaborou a proposta de **Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Ericeira**:
  - Enquadrada por instrumento de programação próprio, designado por **Programa Estratégico de Reabilitação Urbana**, PEDU organizado de acordo com o artigo 33.º do RJRU;
  - Definir ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do artigo 10.º do RJRU, que **a entidade gestora da ORU Sistemática da ARU da Ericeira é o Município**;
  - **Estabelecer que os objetivos estratégicos gerais** para o seu desenvolvimento são a requalificação e aproveitamento turístico-cultural dos elementos patrimoniais existentes; A integração do património construído na rede de equipamentos públicos; A requalificação do espaço público, do ambiente urbano e da paisagem urbana; A reabilitação, regeneração física e reconversão do edificado existente; e a melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente****Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística**

4. A proposta de **Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Ericeira**, deverá ser, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJRU, **remetida ao IHRU**, por meios eletrónicos, para emissão de parecer não vinculativo no prazo de 15 dias e, simultaneamente, ser submetido, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo, a discussão pública, a promover nos termos previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, revisto pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, para a discussão pública dos planos de pormenor (cfr. artigo 89.º).
5. Face ao exposto, **propõem os serviços** da Área de Regeneração Urbana da Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território, da Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, **que a Câmara Municipal de Mafra delibere** o seguinte:
- Ao abrigo do artigo 17.º do RJRU aprovar a **proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana de Ericeira**, através de instrumento próprio, contendo o **Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU)**, organizado de acordo com o artigo 33.º do RJRU;
  - Ao abrigo do n.º 3 do artigo 17.º do RJRU **remeter, por meios eletrónicos**, a proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana de Ericeira **ao IHRU, para emissão de parecer não vinculativo** no prazo de 15 dias;
  - E, simultaneamente, **submeter a proposta de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana de Ericeira**, ao abrigo do n.º 4 do artigo 17.º do RJRU, a **discussão pública**, a promover nos termos previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, revisto pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, para a discussão pública dos planos de pormenor (artigo 89.º).

Mafra, 16 de abril de 2018

A Coordenadora da Equipa de Intervenção da Área de Regeneração Urbana

16/04/2018

**X**


Sandra Garrido, Arq.ta

Área de Regeneração Urbana

Assinado por: SANDRA MARGARIDA MONTEIRO RODRIGUES GARRIDO





**OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA  
DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA ERICEIRA**

inserido no Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)  
do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)

DUOMA | DPTGU | UPUT | ÁREA DE REGENERAÇÃO URBANA  
REUNIÃO DE CÂMARA 20 de abril de 2018

Limite da Área de Reabilitação Urbana – 42,9ha

**Mafra reQUALIFICA**

**ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA**  
Lei n° 32/2012 | Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

**OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA  
SISTEMÁTICA**  
Lei n° 32/2012 | Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

“(…) área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva (...) justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana (...)”

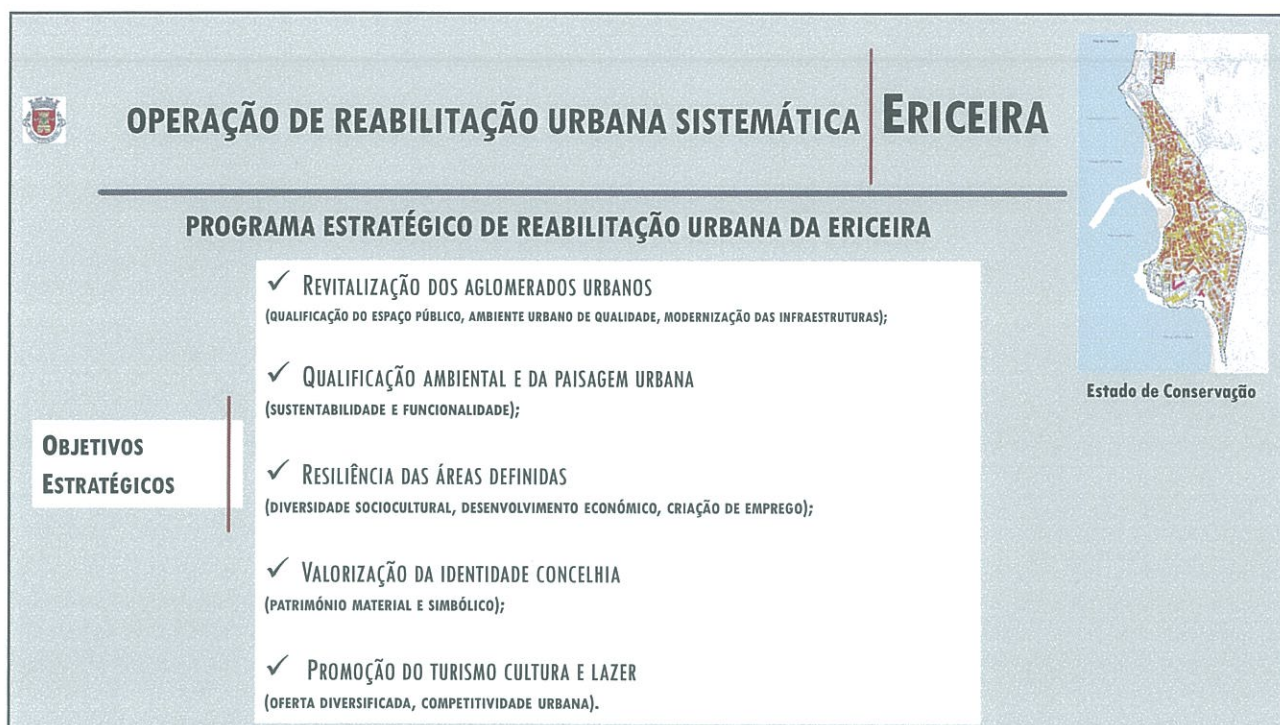
“...intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público”.

- OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
- PROCEDIMENTO
- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art.º 54.º do RJRU, os instrumentos de execução de política urbana previstos são bastante mais amplos no caso das ORU sistemáticas.













## OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA ERICEIRA

### PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DA ERICEIRA

#### PERU DA ERICEIRA

- ANEXO I — PEÇAS DESENHADAS
- ANEXO II — PROJETOS ESTRUTURANTES
- ANEXO III — ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO — ANÁLISE
- ANEXO IV — FICHAS CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO
- ANEXO V — FICHAS CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO



Modelo de Reabilitação

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

MODELO DE GESTÃO  
E  
EXECUÇÃO A IMPLEMENTAR

- ✓ MODALIDADE;
- ✓ PRAZOS DE EXECUÇÃO;
- ✓ ESTIMATIVAS DE INVESTIMENTO;
- ✓ FONTES DE FINANCIAMENTO.



## OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA ERICEIRA

### PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DA ERICEIRA

#### PROJETOS ESTRUTURANTES — REABILITAÇÃO DE EDIFICADO

REABILITAÇÃO ESCOLA BÁSICA DA ERICEIRA — ERICEIRA BUSINESS FACTORY  
REABILITAÇÃO DO POSTO DE TURISMO  
REABILITAÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA DA ERICEIRA  
REABILITAÇÃO DO FORTE DA GUARDA FISCAL DA ERICEIRA  
MERCADO MUNICIPAL DA ERICEIRA  
REABILITAÇÃO DO SALÃO PAROQUIAL

#### PROJETOS ESTRUTURANTES — REGENERAÇÃO DA MOBILIDADE

ER 247 — REGENERAÇÃO DO CIRCUITO PEDONAL/CICLOVIA - SUL/NORTE ERICEIRA  
ENTRONC. ER247 / RUA DR. EDUARDO BURNAY — MOBILIDADE VIÁRIA  
ENTRONC. ER247 / RUA EDUARDO HENRIQUES PEREIRA — MOBILIDADE VIÁRIA  
ENTRONC. ER247 / RUA DO ARVOREDO — MOBILIDADE VIÁRIA  
ENTRONC. ER247 / RUA PRUDÊNCIO FRANCO TRINDADE — MOBILIDADE VIÁRIA  
ENTRONC. ER247 / RUA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA ERICEIRA — MOBILIDADE VIÁRIA  
ENTRONC. ER247 / RUA LARGO DE SÃO PEDRO — MOBILIDADE VIÁRIA  
ENTRONC. ER247 / RUA LARGO DE SÃO SEBASTIÃO — MOBILIDADE VIÁRIA

#### PROJETOS ESTRUTURANTES

#### REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

BAIRRO DOS PESCADORES  
LARGO DE SÃO SEBASTIÃO  
RUA DA FALÉSIA DO ALGODÃO — REABILITAÇÃO DO PASSADIÇO PÚBLICO  
LARGO DA FONTAINHA E RUA DO RIO CALVO  
LARGO DE SÃO PEDRO  
LARGO DA PARADA  
LARGO DO PELOURINHO E LARGO DA MISERICÓRDIA  
LARGO DOS CONDES E RUA PRUDÊNCIO FRANCO TRINDADE  
JARDIM DA BELA VISTA  
PRAÇA DA REPÚBLICA "JOGO DA BOLA"  
LARGO DAS RIBAS  
RUA CAPITÃO JOÃO LOPES — REVITALIZAÇÃO DA MOBILIDADE PEDONAL  
LARGO DA FONTE DO CARO  
PRAÇA DOS NAVEGANTES  
MIRADOURO "SALA DE VISITAS"



Projetos Estruturantes





## **OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA | ERICEIRA**



### **PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DA ERICEIRA**

DUOMA | DPTGU | UPOT | ÁREA DE REGENERAÇÃO URBANA  
REUNIÃO DE CÂMARA 20 de abril de 2018

